Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração
Politécnico de Coimbra

iscac Politécnico de Coimbra

A Prestação de Informação Não Financeira

Gabriel Domingues da Silva

ISCAC | 2021

Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração
Politécnico de Coimbra

Gabriel Domingues da Silva

A Prestação de Informação Não Financeira - O Efeito da Diretiva Europeia 2014/95/EU nas Empresas Portuguesas Cotadas em Bolsa

Coimbra, outubro de 2021

Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração
Politécnico de Coimbra

Gabriel Domingues da Silva

A Prestação de Informação Não Financeira - O Efeito da Diretiva Europeia 2014/95/EU nas Empresas Portuguesas Cotadas em Bolsa

Dissertação submetida(o) ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Maria de Fátima Travassos Conde.

Coimbra, outubro de 2021

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio de algumas pessoas.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Fátima Conde por ter aceitado ser orientadora e por todo o seu trabalho, apoio e disponibilidade para me ajudar na elaboração desta dissertação.

Um agradecimento aos meus pais, irmã e restantes familiares pela motivação e apoio que sempre me deram e me permitiram chegar a esta dissertação.

Por último, um agradecimento aos meus amigos por todo o apoio e motivação. Um agradecimento especial à Ana Teresa Banaco pela ajuda na revisão final desta dissertação.

RESUMO

A responsabilidade social empresarial surgiu na década de 50, surgindo novos conceitos desde então. A sua importância tem também aumentado com o aumento da preocupação com as alterações climáticas. Em Portugal o tema surgiu mais tarde pelas mãos de empresas multinacionais e pelas instâncias europeias. A União Europeia tem colocado estes temas no centro mediático, um momento marcante no desenvolvimento deste tema foi a Conferência das Nações Unidas do Ambiente e do Desenvolvimento onde foram apresentados os objetivos de desenvolvimento sustentável para o século 21, denominado, Agenda 21. Outro momento marcante foi a publicação do Livro Verde em 2001, este documento veio apresentar a definição da União Europeia sobre a responsabilidade social empresarial e apresentar o modelo *Triple Bottom Line*. Um dos últimos momentos marcantes foi a publicação da Diretiva Europeia 2014/95/EU, esta diretiva veio tornar obrigatório o relato da informação não financeira para as empresas de interesse publico, com um número médio de trabalhadores superior a 500, no ano anterior ao relatório. As empresas abrangidas pela diretiva têm de apresentar no mínimo nos seus relatórios, sejam eles financeiros ou não financeiros, informações sobre as matérias ambientais, matérias sociais, matérias dos direitos humanos e de combate à corrupção e tentativa de suborno.

Com a entrada em vigor da diretiva no normativo nacional, houve um aumento do nível de relato das empresas cotadas na Euronext Lisbon. Este aumento deveu-se principalmente às empresas abrangidas pela diretiva que tiveram um aumento mais acentuado, mas também graças às empresas não abrangidas que também passaram a apresentar mais informação, mesmo que o aumento não tenha sido tão expressivo como as primeiras.

Em Portugal o relatório mais utilizado para apresentar a informação não financeira foi o relatório de gestão que foi utilizado por 37 empresas em ambos os anos. Os temas mais relatados foram o modelo de negócios, as políticas e diligências, as matérias ambientais e as matérias sociais e dos trabalhadores. Os setores que têm maior nível de relato são os setores da energia, dos bens de consumo, da saúde e da indústria.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial; Diretiva Europeia 2014/95/EU; Informação Não Financeira; Relatório de Sustentabilidade; Relatório Integrado.

ABSTRACT

Corporate social responsibility emerged in the 1950s, with new concepts emerging since then. Its importance has also increased with the growing concern about climate change. In Portugal, the theme emerged later at the hands of multinational companies and by European bodies. The European Union has placed these themes at the center of the attention, a defining moment in the development of this theme was the United Nations Conference on Environment and Development, where the goals of sustainable development for the 21st century, called Agenda 21, were presented. was the publication of the Green Paper in 2001, this document presented the European Union's definition of corporate social responsibility and presented the Triple Bottom Line model. One of the last important moments was the publication of the European Directive 2014/95/EU, this directive made the reporting of non-financial information mandatory for companies of public interest, with an average number of employees exceeding 500 in the year preceding the report. Companies covered by the directive must at least present in their reports, whether financial or non-financial, information on environmental matters, social matters, human rights matters, and anti-corruption and attempted bribery matters.

With the entry into force of the directive in national legislation, there was an increase in the reporting level of companies listed on Euronext Lisbon. This increase was mainly due to companies covered by the directive, which had a sharper increase, but also thanks to companies not covered, which also started to present more information, even if the increase was not as significant as the first ones.

In Portugal, the most used report to present non-financial information was the management report, which was used by 37 companies in both years. The most reported themes were the business model, policies and measures, environmental matters and social and workers matters. The sectors that have the highest level of reporting are the energy, consumer goods, health and industry sectors.

Keywords: Corporate Social Responsability; European Directive 2014/95/EU; Non-financial information; Sustainability report; Integrated Report

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 1

1 Responsabilidade Social Empresarial 4

1.1 Evolução do conceito 4

1.2 Teoria da legitimidade 6

1.3 Teoria dos *Stakeholders* 7

1.4 Algumas normas relacionadas 8

1.4.1 Norma SA 8000 8

1.4.2 ISO 26000 9

1.5 Acontecimentos marcantes 10

1.6 A Responsabilidade Social Empresarial em Portugal 13

1.6.1 Iniciativas e organizações 13

1.6.2 Prémios 16

1.6.3 Portugal no Mundo 18

2 Divulgação da informação empresarial 19

2.1 Informação financeira 19

2.1.1 Diretiva 2014/95/EU 21

2.2 Informação não financeira 28

2.2.1 Relatório de sustentabilidade 29

2.2.2 Relato integrado 31

3 O estudo de caso das empresas portuguesas cotadas em bolsa 39

3.1 Metodologia 39

3.2 Amostra 41

3.3 Resultados 42

3.4 Discussão dos resultados 50

CONCLUSÃO 54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56

ANEXOS 64

ANEXO 1 – Estudo 2016 65

ANEXO 2 – Estudo 2019 68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Evolução das normas GRI..... 31

Figura 2 - Empresas cotadas na Euronext Lisbon..... 42

Figura 3 - Evolução do relato obrigatório 2016 versus 2019 46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Princípios do relatório integrado 37

Tabela 2 - Temas em estudo 40

Tabela 3- Tipo de Relatório 43

Tabela 4- Efeito da diretiva no relato não financeiro 43

Tabela 5-Relato obrigatório versus voluntário 2016 44

Tabela 6- Relato obrigatório versus voluntário 2019 45

Tabela 7- Nível de relato por setores 47

Tabela 8-Setores com maior nível de relato 48

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

APA – Associação Portuguesa do Ambiente

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

A4S – *Accounting for Sustainability*

BCSD – *Business Council for Sustainable Development*

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CRIS – Centro de Responsabilidade e Inovação Social

EU – *European Union*

GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial

GRI – *Global Reporting Initiative*

HSBC – *Hongkong and Shangai Banking Corporation Limited*

IBEX-35 – *Índice Bursátil Español*

IIRC – *International Integrated Reporting Council*

INDEG/IUL ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ISO – *International Organization for Standardization*

KPMG – *Klynveld Peat Marwick Goerdeler*

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e Grandes Empresas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PWC – *PriceWaterhouseCoopers*

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SARA – *Superfund Amendment and Reauthorizations Act*

WWF – *World Wide Fund for Nature*

INTRODUÇÃO

As alterações climáticas são um tema cada vez mais presente na nossa sociedade, com os impactos que terão no nosso planeta, cada vez mais as pessoas procuram ser conscientes nos seus consumos e nas suas atitudes. Também os governos têm desenvolvido normativos que regem as interações entre empresas e a sociedade para tentar limitar esta ameaça. Com isto em mente, as empresas têm cada vez mais presente a necessidade de terem melhores relações não só com o ambiente, mas também com a comunidade envolvente, realizando atividades de consciencialização e de cariz social.

A responsabilidade social empresarial (RSE) tem sido uma aposta forte para apresentar uma boa imagem da empresa. Assim, também a prestação de informação não financeira tem aumentado, de maneira obrigatória e também de maneira voluntária, nos relatórios das empresas.

A RSE surgiu na década de 50 e desde então tem tido uma evolução no conceito e na sua importância. Não existe só um conceito, e não se pode afirmar que apenas um é o correto. A RSE pode ser definida como sendo o compromisso que a empresa tem para com a sociedade. Ao longo dos anos foram realizados vários estudos e teorias sobre este tema, uma teoria é a da legitimidade que defende que as empresas precisam de criar uma identidade positiva na sociedade, e para tal, é apresentada a informação não financeira para legitimar as ações da empresa. Outra teoria é a dos *stakeholders* que tem como bases que a empresa tem uma obrigação com os seus *stakeholders*, e como tal deve definir objetivos que vão de encontro com os seus interesses.

O impulso para a regulamentação da prestação da informação não financeira foi dado em 1992, na Conferência das Nações Unidas do Ambiente e do Desenvolvimento, onde surgiu a Agenda 21, que apresentou os objetivos para o presente século no que toca ao desenvolvimento sustentável e a publicação do Livro Verde em 2001, onde a União Europeia define o que entende por responsabilidade social empresarial e apresenta o modelo *Triple Bottom Line*.

Em Portugal o tema surgiu mais tarde em consequência da globalização e das exigências europeias. Ao longo dos anos têm deixado de ser só as grandes empresas a ter responsabilidade social, mas também as PME´s têm desenvolvido políticas e até realizado ações sem as relacionar a estes temas. Outro grande impulsionador foram os prémios

nacionais que foram surgindo ao longo dos anos, infelizmente graças à dificuldade de os manter, muitos foram desaparecendo.

A diretiva europeia 2014/95/EU surge com o objetivo de criar um nível de transparência igual por toda a União Europeia. A diretiva estabelece que as empresas de interesse publico que tenham tido um número médio de 500 empregados no ano transato ficam obrigadas a reportar no mínimo informações sobre matérias ambientais, sociais, dos direitos humanos e do combate à corrupção e tentativa de suborno. Esta informação pode ser apresentada dentro do relatório de gestão, ou fora do mesmo, podendo optar por um relatório de sustentabilidade ou um relatório integrado. Os grandes normalizadores destes últimos dois relatórios são a *Global Reporting Iniciative* (GRI) e a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), respetivamente.

O relatório de sustentabilidade é um relatório de teor não financeiro que surgiu na década de 90, o seu grande objetivo é a apresentação de informações sobre os impactos da empresa nas matérias ambientais, sociais e governamentais. O relatório integrado surgiu pela primeira vez em 2002 e ao invés do relatório de sustentabilidade, este relatório é uma evolução do relatório de gestão.

O estudo realizado nesta dissertação é sobre o impacto que a entrada em vigor da diretiva 2014/95/EU teve nas empresas portuguesas cotadas em bolsa. Os objetivos são saber o seu impacto no nível de relato, quais os temas que são mais relatados, qual o tipo de relatório que é mais utilizado e quais os setores que mais reportam a informação não financeira. Para chegar aos resultados foram analisados os sítios da internet das empresas cotadas na bolsa Euronext Lisbon os relatórios referentes aos anos de 2016, ano anterior à entrada em vigor da norma, e de 2019, por ser o último ano, já com os relatórios publicados, à data de início desta dissertação.

Esta dissertação surgiu após o conhecimento de um estudo semelhante sobre as empresas romenas. No desenvolvimento deste trabalho apresentamos alguns estudos sobre o impacto da diretiva em outros países, e no final será feita uma comparação entre os resultados dos diferentes países para um melhor conhecimento, comparativo, da situação portuguesa.

A dissertação está dividida em três secções, sendo a primeira referente à responsabilidade social empresarial, onde é apresentada a evolução do conceito, a teoria da legitimidade, a teoria dos *stakeholders*, algumas normas, os acontecimentos marcantes

e a responsabilidade social empresarial em Portugal. A secção dois denomina-se de divulgação da informação empresarial e é dividida em duas subsecções, a primeira apresenta a informação financeira, tendo uma subsecção para a diretiva europeia e o seu impacto em vários países, e a segunda que fala sobre a informação não financeira, nomeadamente do relatório de sustentabilidade e do relato integrado. Por fim, é a secção do estudo do impacto da diretiva nas empresas portuguesas cotadas em bolsa, onde será também feita uma comparação com os estudos apresentados durante a revisão da literatura desta dissertação.

1 Responsabilidade Social Empresarial

Ao longo dos anos foram surgindo várias definições para a RSE, nesta secção serão apresentadas várias definições de vários autores ao longo dos anos.

1.1 Evolução do conceito

Howard Bowen em 1957 definiu a responsabilidade Social empresarial como sendo a obrigação dos empresários de tomarem decisões e terem uma visão que vá de encontro com os fins e valores da sociedade.

Em 1963, McGuire afirma que as empresas não devem ter apenas obrigações económicas e legais com o objetivo de atingir o lucro, mas também devem ter responsabilidades perante a sociedade, devem de ter atenção ao seu impacto na sociedade e no meio ambiente.

No ano de 1967, Walton reconhece que a responsabilidade social está intrinsecamente ligada às relações entre a sociedade e as empresas.

Na década de 70 o termo da responsabilidade social empresarial começa a ter mais peso na sociedade e continuam a surgir novas definições, como é o exemplo de Davis (1973) que a define como sendo a importância dada pelas empresas aos temas não operacionais, tais como, os temas económicos, técnicos e legais. Em 1979, Carrol apresenta quatro aspetos que estão relacionados com a responsabilidade social da empresa, sendo eles o económico, legal, éticos e filantrópicos.

Segundo Leite (2009), as responsabilidades económicas das empresas são a obtenção de lucro e a satisfação dos clientes, sendo estes os seus principais objetivos e que devem ser atingidos dentro da legalidade e responsabilidade ética. A responsabilidade ética está relacionada com o cumprimento das leis e com as expetativas da sociedade, sendo membros dela, os clientes, os funcionários e restantes *stakeholders*. Por último, a responsabilidade filantrópica é o envolvimento da empresa na sociedade ao contribuir para contribuir para o seu melhoramento, através de ações para as pessoas ou para o meio ambiente.

Entre estas quatro responsabilidades, é possível dividir em dois grupos, as obrigatórias, ou seja, as responsabilidades económicas e legais, e as que são esperadas, as éticas e filantrópicas.

Na década de 80 surge através de Drucker (1984) a ideia de a rentabilidade e a responsabilidade serem ideias que se completam, e que as empresas devem de apostar na sua responsabilidade social como uma forma de oportunidade de negócio para atingir os seus fins económicos.

Segundo Wood (1991), as empresas e a sociedade estão interligadas o que cria a expetativa na sociedade sobre como a empresa deve operar e relacionar-se com a sociedade e com o meio ambiente.

Carrol e Buchholtz (2003) com a realização de um estudo mais direcionado para a ética empresarial definiram a responsabilidade social empresarial como sendo a expetativa económica, legal e éticas que a sociedade tem sobre as empresas. Dentro da esfera empresarial existem duas visões distintas, a visão clássica que tem como base a maximização do lucro, e a visão socioeconómica que defende que a empresa deve algo à sociedade, sendo assim tem de criar benefícios e ajudar, é, portanto, uma visão mais ética.

Ashley (2005), segundo Montagna (2015), afirma que a responsabilidade social é um compromisso que a empresa tem para com as gerações futuras, com a sociedade e meio ambiente, o que a leva a adotar medidas que os protejam sem que para tal seja obrigada pela lei.

Dahlrud (2008) realizou um estudo sobre a responsabilidade social empresarial e propôs um modelo de cinco dimensões, respetivamente, ambientais, sociais, económicas, *stakeholders* e voluntariado.

Com a globalização as empresas começaram à procura de outros mercados, alterando a sua localização, o que fez surgir a ideia de que estavam à procura de mais lucro aproveitando-se das comunidades locais, qualidade ambiental e a força de trabalho (Zaharia & Grundey, 2011). Assim começaram a surgir políticas e programas específicos para mostrar que operavam com responsabilidade e para transmitir transparência na sua atividade.

Carreira, Mata & Pereira (2011) definem a responsabilidade social empresarial como sendo o conhecimento por parte das empresas que a sustentabilidade económica não é a garantia de uma sustentabilidade global, ou seja, não basta ter um negócio rentável ao nível financeiro e não ter atenção aos aspetos extraeconómicos e que é necessário reportar a vida da empresa à sociedade e não só aos seus acionistas.

Com a entrada no novo século e com a crescente importância para a sociedade de temas como a poluição, aquecimento global, qualidade de vida, deixou de ser suficiente para as empresas apenas apresentarem informação financeira. Tendo a importância da informação não financeira crescido, o que levou a que as empresas começassem a publicar relatórios não financeiros e até à regulamentação destes relatórios, e à sua obrigatoriedade para certas empresas, como será apresentado na secção seguinte, no caso da União Europeia. Surgiram também vários harmonizadores para parametrizar estes relatórios e facilitar a comunicação através dos mesmos.

Ao longo do tempo foram surgindo várias teorias sobre a responsabilidade social empresarial, como é o caso da teoria da legitimidade e a teoria dos stakeholders que serão apresentadas nas próximas duas subsecções.

1.2 Teoria da legitimidade

Para apresentar esta teoria é importante saber o que é a identidade e a imagem da empresa. A imagem da empresa é a ideia que a sociedade tem sobre a empresa, sobre a sua identidade (Dowling, 1986). Por sua vez, a identidade é a forma como a empresa quer ser vista, são os seus valores e a sua interação com o exterior (Vilar, 2012).

A legitimidade é um conceito que é aceite pela sociedade sobre as ações que uma empresa ou pessoa realizam dentro das leis, crenças, e valores aceites pela sociedade em que se encontra (Suchman, 1995). É, portanto, a tomada de atitudes que a sociedade espera que a empresa tome.

Deegan & Gordon (1996) afirmam que as alturas em que as empresas costumam divulgar mais informação é quando estão sobre forte contestação. Sendo que a prestação da informação não financeira costuma de ser feita pelas empresas de uma forma a fazer sobressair os fatores positivos, dando-lhe mais enfase, para que o seu comportamento seja legitimado pela sociedade.

Segundo Hooghiemstra (2000), as empresas quando divulgam matérias sobre a sua responsabilidade social empresarial tendem a dar uma imagem positiva para os *stakeholders*, obtendo assim legitimidade sobre as suas atividades.

A teoria da legitimidade segundo Hooghiemstra (2000) é a melhor forma para ver a razão das divulgações sobre as matérias sociais e ambientais por parte das empresas. Visto que as empresas pretendem apresentar-se com uma imagem positiva (Guthrie & Parker,

1989). E uma boa forma de criar essa imagem é mostrar que a empresa está preocupada com as matérias da sustentabilidade social e ambiental.

Hooghiemstra (2000) afirma ainda que a teoria da legitimidade tem na sua génese a ideia que existe um contrato entre a empresa e a sociedade, e que sendo assim, a empresa deve de tomar decisões que protejam e que vão de encontro com os princípios da sociedade.

Farache & Perks (2010) apresentam a ideia de que a teoria da legitimidade tem a sua designação devido a que para a empresa a informação não financeira é um método para legitimar a atividade da empresa.

Ainda segundo Farache & Perks (2010), existem quatro estratégias para fazer face às imposições da sociedade, elas são:

- Prestar informação aos *stakeholders* sobre a sua performance social;
- Tentar alterar a maneira que os *stakeholders* têm de ver a identidade da empresa;
- Focar as atenções em aspeto mais positivos e que favoreçam mais a empresa, desviando as atenções do problema;
- Alterar as expetativas dos *stakeholders* em relação à empresa e a sua performance.

Mas não existe apenas a teoria da legitimidade, outra teoria também muito conhecida é a teoria dos *stakeholders*, que será apresentada na próxima subsecção.

1.3 Teoria dos *Stakeholders*

Para começar é importante definir primeiramente o que são os *stakeholders*. Segundo Freeman (1984), *stakeholders* é qualquer indivíduo ou grupo que afete ou seja afetado pela atividade da empresa. Definindo ainda a atividade da empresa como sendo uma rede de ligações entre pessoas que procuram atingir o seu objetivo em comum.

Clarkson (1995) vem delimitar mais a definição de Freeman e considera os *Stakeholders* como sendo os grupos ou indivíduos que têm interesse, direito ou posse da empresa e da sua atividade, seja passada, presente ou futura. O referido autor define também dois grupos de *stakeholders*, os primários e os secundários. Os primários são considerados os que têm impacto na empresa e têm interesse na sua continuidade, ou seja, investidores, sócios, clientes, fornecedores, governo e trabalhadores. Por sua vez, os secundários são todos aqueles que sendo afetados ou que afetem a atividade da empresa,

não têm influência direta na empresa e são dispensáveis para a continuidade da atividade, é o caso da comunicação social.

A teoria dos *stakeholders* tem como ponto chave a ideia de que a empresa tem uma obrigação para com os *stakeholders*, o que deve levar a empresas a tomar atitudes que vão de encontro com os interesses de ambos, o que quer dizer que a empresa não se deve de guiar apenas pelos seus interesses, visto que, a atividade da empresa também pode prejudicar ou beneficiar os *stakeholders* (Freeman, 1984; Cunha *et al*, 2007), esta teoria desenvolveu-se em torno de três dimensões:

- Definição de *stakeholders*;
- Classificação dos *stakeholders*;
- Identificação das dimensões teóricas.

No campo da identificação das dimensões teóricas, Donaldson & Preston (1995) distinguem três dimensões, sendo elas:

- Descritiva: forma de atuar e auxiliar das empresas na análise aos comportamentos organizacionais;
- Instrumental: estuda os resultados que são esperados a partir das opções tidas pela empresa;
- Normativa: a maneira como as empresas devem de se comportar.

Resumidamente, podemos dizer que os *stakeholders* são um grupo de pessoas que têm a possibilidade de influenciar a empresa a tomar decisões sobre o futuro da empresa, ou seja, podem ser os clientes, fornecedores, trabalhadores, investidores, as autoridades ou a sociedades onde está inserida. Esta teoria defende o relacionamento com os *stakeholders*, compatibilizando os seus interesses com os da empresa (Oliveira, 2013).

1.4 Algumas normas relacionadas

As normas e certificações servem para impulsionar e comprovar que as empresas na sua atividade respeitaram certos valores éticos e tiveram práticas socialmente aceitáveis. Ao longo dos tempos foram sendo publicadas várias normas relacionadas com a RSE, das quais destacamos a SA 8000 e a ISO 26000.

1.4.1 Norma SA 8000

A norma SA 8000 foi criada pela *Social Accountability International* (SAI), em 1997, e foi a primeira norma auditavel que certifica as empresas que tenham sistemas de gestão

de responsabilidade social. Na base da norma estão as convenções da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e a das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. (SA 8000, 2014)

Para obter o certificado da norma SA 8000, as empresas têm de cumprir certos pressupostos:

- Remuneração deve ser superior aos valores mínimos em vigor;
- Cumprir as leis aplicáveis ao horário de trabalho;
- Proibir praticas disciplinares, utilizando punições corporais, mentais, coerção física e abuso verbal;
- Proibir atos discriminatórios referentes a raça, religião, orientação sexual, entre outras;
- Respeitar a liberdade de associativismo;
- Garantir condições de segurança e saúde no trabalho;
- Proibir trabalho infantil;
- Proibir o trabalho forçado e retenção de documentos e ordenados.

Segundo Farinha (2008), a implementação desta norma traz algumas vantagens para a empresa, tais como, o aumento do envolvimento dos trabalhadores e a melhoria de relacionamento com os empregados, maior confiança dos clientes, melhoria da gestão e aumento de produtividade, maior segurança para a empresa e acionistas e imagem mais positiva face à concorrência que não aplique a norma.

1.4.2 ISO 26000

A ISO 26000 é uma referência das normas internacionais para a responsabilidade social. Foi promovida em 2010 pela *International Organization for Standardization* (ISO), e o seu objetivo é recomendar e orientar as empresas para que melhorem os seus aspetos de responsabilidade social e contribuir para um desenvolvimento social, ambiental e económico sustentável (Botelho, 2019).

Segundo Garcia (2019) a presente norma foi adotada por Portugal, tendo sido designada de norma portuguesa 4469 e é de aplicação voluntária.

Para implementar as recomendações da ISO 26000 é recomendado que as empresas respeitem sete princípios (Botelho, 2019):

- *Accountability;*

- Transparência;
- Comportamento ético;
- Respeito pelos interesses dos *stakeholders*;
- Respeito pelas leis;
- Respeito pelas normas internacionais;
- Respeito pelos direitos humanos.

Esta norma abrange sete temas, sendo eles (Paixão, 2019):

- Governação organizacional;
- Direitos Humanos;
- Praticas laborais;
- Ambiente;
- Práticas operacionais justas;
- Questões relacionadas com o consumidor;
- Envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

A importância da RSE está patente na evolução do seu conceito, nas teorias desenvolvidas e nas normas, mas também, em muitos acontecimentos nas últimas décadas.

1.5 Acontecimentos marcantes

Após serem apresentados vários conceitos de responsabilidade social empresarial, serão agora apresentados os principais marcos a nível mundial que permitiram ao conceito ter a importância que tem nos nossos dias.

O primeiro marco foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente que decorreu no ano de 1972, onde se aprovou a declaração de Estocolmo. Esta declaração tem no seu corpo 26 princípios que tanto os governos como a sociedade devem de optar para preservar o meio ambiente.

O segundo marco foi a Comissão Brundtland, também conhecida por Comissão Mundial sobre o Ambiente, que surgiu em 1987, tendo resultado dela a publicação de "O nosso Futuro Comum", onde o desenvolvimento sustentável é definido como sendo um processo de mudança onde a exploração dos recursos, o investimento, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todas direcionadas para melhorar e satisfazer as necessidades e aspirações da sociedade.

Em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas do Ambiente e Desenvolvimento tendo surgido a Agenda 21, ou seja, os objetivos para o século 21 e onde se deu o mote para que os países começassem a adotar medidas e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável.

Em 2000, no mês de setembro, 189 nações realizaram um pacto para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais, surgindo o Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), 8 alvos a serem alcançados até 2015.

Também, em 2000, foi realizada em Lisboa a Cimeira do Concelho Europeu, que teve o objetivo de apontar o foco para a responsabilidade social empresarial, e formalizar o objetivo de a União Europeia ser, em 2010, a sociedade mais dinâmica e competitiva do mundo, para que consiga ser mais coesa socialmente, ofereça melhores trabalhos e que alcance um crescimento económico sustentável (Leite, 2009).

Em 2001 foi apresentado o Livro Verde da Comissão Europeia, com o título "Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas".

Com a publicação do Livro Verde, a Comissão Europeia vem definir a responsabilidade social empresarial como sendo a tomada de ações voluntárias nas quais resultem em uma sociedade mais equitativa e na preservação do meio ambiente. A responsabilidade não se relaciona apenas com os seus trabalhadores, mas também com toda a sociedade que pode influenciar os seus resultados (CE, 2001).

O Livro apresenta também que as empresas devem conciliar três fatores fundamentais, sendo eles, económicos, ambientais e sociais. Estes três fundamentos devem ter todos um peso idêntico na tomada de decisões, visto que, nenhum se consegue fazer sem os outros, ou seja, o desenvolvimento económico não se consegue sustentar sem o desenvolvimento social e ambiental, assim como o desenvolvimento social e ambiental também não se sustentam sem o desenvolvimento económico. Esta ideia é chamada de *Triple Bottom Line* (Garcia, 2019).

O modelo *Triple Bottom Line* é utilizado atualmente para as empresas realizarem os seus relatórios de sustentabilidade, onde apresentam informação sobre os três pontos, económico, ambiental e social, de maneira a tornarem-se empresas sustentáveis (Botelho, 2019).

O Livro verde vem definir duas vertentes para a responsabilidade social, sendo elas, a dimensão interna e a externa.

A) Dimensão interna

A dimensão interna recai sobre ações que visem os seus trabalhadores, em âmbitos como o investimento nos recursos humanos, na sua saúde, na sua segurança, na sua gestão, como na relação que a empresa tem com o meio ambiente durante o seu processo produtivo (Bezerra, 2016).

As políticas que a empresa adota na sua dimensão interna são uma mais-valia para a sua atividade, visto que, quando os seus trabalhadores estão mais felizes com a sua relação com a empresa tendem a ser mais produtivos. O salário continua a ser uma peça muito importante para que as pessoas escolham o seu local de trabalho, mas cada vez mais existe uma procura por um local onde a pessoa se sente integrada, e com benefícios extra ordenado, e que esteja em sintonia com os valores da empresa (Fontes, 2011; Silva, 2019).

Estes apoios devem ser de aplicação geral para que não crie divisões dentro do grupo de trabalho e tenha o efeito contrário ao esperado.

B) Dimensão externa

Por sua vez a dimensão externa, tal como o nome indica, tem a ver com o que é extraempresa. Ou seja, as relações da empresa com o meio em que está inserida, com os seus clientes, fornecedores, com as organizações não governamentais com enfase nas áreas ambientais e sociais. As relações entre a empresa e a comunidade local são um fator importantíssimo para o desenvolvimento da sociedade e para a competitividade da empresa. Quanto maior for a imagem positiva da empresa maior será a sua reputação e a capacidade de manter e de contratar talento e pessoas dedicadas à causa (Leite, 2009).

Segundo Silva (2019), um exemplo de políticas adotadas são o maior apoio das empresas a projetos de economia social. Estes projetos são ações de cooperação entre empresa e a comunidade local, que levará ao desenvolvimento da sociedade em que está inserida. Estes projetos têm também objetivos educacionais, de apoio social, defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, que pretendem incentivar a melhores práticas sociais e ambientais na sociedade.

De referir ainda que, em setembro de 2002, os representantes dos povos do mundo, reuniram-se em Joanesburgo, África do Sul, e assinaram a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável das origens ao futuro. Assumiram o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade

de dignidade humana para todos. A Declaração Final Da Conferência Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), onde reafirmaram todos os compromissos e princípios já assumidos, foi assinada dez anos mais tarde.

O acontecimento mais recente dos eventos mundiais sobre sustentabilidade, aconteceu em setembro de 2015[1], em Nova York. Os líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU e definiram a Agenda 2030. Esta é uma agenda aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável com o objetivo de promover a paz, a justiça e instituições eficazes.

Todos estes acontecimentos têm vindo a ter reflexo no nosso país.

1.6 A Responsabilidade Social Empresarial em Portugal

A Responsabilidade Social Empresarial em Portugal surgiu mais tarde do que nos outros países europeus, sendo que a altura em que mais se desenvolveu foi por volta dos anos 2000 (Kastenholz, Ladero, Casquet & Amaro, 2004; Albareda, Lozano & Ysa, 2007).

António e Lopes (2016) referem que o impulso para o crescimento da responsabilidade social empresarial em Portugal foram as instituições internacionais e o apelo das instâncias europeias.

No início apenas as grandes empresas aplicavam medidas de RSE (Albareda *et al*., 2007), mas com o passar do tempo também as PME´s começaram a aplicar estas medidas de um modo informal (Pinto, 2004).

1.6.1 Iniciativas e organizações

Foi em 1998 que foi divulgado o Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), este foi o primeiro documento feito em Portugal que chama a atenção para a importância da responsabilidade social empresarial e para o desenvolvimento sustentável. O governo da altura apresenta o desenvolvimento sustentável como sendo a maior oportunidade, assim como o maior desafio da sociedade para o século 21. No plano estavam descritos objetivos de responsabilidade social para um novo modelo de crescimento (Fontes, 2011):

[1] Informação disponível em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal (unric.org), consultada em 10/02/2021.

- Reforço da capacidade de inovação;
- Dinamismo na esfera social;
- Uma melhor utilização dos recursos naturais, climáticos e do posicionamento geográfico;
- Crescimento baseado na dinâmica das atividades;
- Aumento da qualidade nos sistemas de educação, assim como nos de formação.

Para dar seguimento aos compromissos da agenda 21, Portugal em 2002 apresenta a sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Esta estratégia tinha a intenção de fazer de Portugal até 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia no que toca a qualidade ambiental e de responsabilidade social, e definiu os quatro pontos mestres:

- Preservação do território;
- Melhoramento da qualidade ambiental;
- Promoção da produção e do consumo sustentável;
- Promoção de uma sociedade solidária e de conhecimento.

Segundo Fontes (2011), foi criado em janeiro de 2004 um grupo de trabalho para elaborar o Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015) que tinha como base a proposta de 2002. Este grupo de trabalho elaborou uma análise ao desenvolvimento sustentável em Portugal, sendo que o desenvolvimento sustentável devia de ter três pilares fundamentais, sendo eles, a evolução demográfica como forma de preparar o futuro, a dimensão social, e a dimensão económica e ambiental da sustentabilidade. Tendo em consideração a dificuldade que se fez sentir nos últimos trinta anos relativamente ao crescimento económico. Esta análise veio a demonstrar que o país tinha graves problemas no crescimento sustentado, o que dificultaria a convergência com a União Europeia. Tendo isto em consideração foram propostos 6 objetivos:

- Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento;
- Criar uma economia sustentável e competitiva nas atividades do futuro;
- Gerir eficientemente e preventivamente o meio ambiente;
- Organizar o território de maneira a valorizar Portugal na Europa e melhorar a qualidade de vida;
- Dinamizar a responsabilidade individual e a coesão social;
- Ter um papel ativo na cooperação global.

Com o novo século foram surgindo vários movimentos, grupos de trabalho e organizações com foco neste tema, entre os quais se destacam os seguintes:

- O GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, foi criado no ano de 2000. Foi assim uma das primeiras a aparecer em Portugal. O seu objetivo era refletir e sensibilizar as empresas para as vertentes da Responsabilidade Social Empresarial, de maneira a contribuir para uma sociedade sustentável e justa. O GRACE é uma associação sem fins lucrativos que foi criada por várias empresas multinacionais que tinham o objetivo de apoiar a gestão empresarial e conciliar o objetivo do lucro com a prática da Responsabilidade Empresarial Social e fazer crescer em Portugal o que já existia nos seus países de origem (Gonçalves, 2006).
- Em 2001 surgiu o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o seu objetivo é dinamizar as empresas, o Governo e a sociedade (Mota & Dinis, 2005). Foi criado para fazer face à Cimeira do Rio 92, à agenda 21 e à estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia. A sua missão é promover o desenvolvimento sustentável para que se crie um modelo de negócios que englobe a ecoeficiência, a Responsabilidade Social Empresarial e a inovação.
- A Associação Portuguesa para a responsabilidade social das empresas (RSE Portugal) foi criada em 2003, e integrou a CSR Europe para promover o conceito da Responsabilidade Social Empresarial (Mota & Dinis, 2005). Esta associação não teve muito sucesso e extinguiu-se poucos anos depois.
- Em 2002 surgiu a APEE, a Associação Portuguesa de Ética Empresarial, que tinha o objetivo de definir e implementar programas que levassem as empresas a seguir princípios mais éticos na sua gestão. A APEE está qualificada para ter funções de normalização nos temas da ética e da Responsabilidade Social Empresarial, o que levou a ter preponderância nas normas de Responsabilidade Social Empresarial em Portugal (Neves & Bento, 2005).
- CRIS- Centro de Responsabilidade e Inovação Social que é promovido pela Associação Portuguesa de Qualidade e que tem como objetivo partilhar o conhecimento e o desenvolvimento de competências na RSE, inovação social e dos fatores de qualidade e excelência empresarial. Para atingir o seu objetivo organizou várias atividades com parcerias com empresas, comunidade científica e com a sociedade Gonçalves (2001).
- Por fim, a RSO.pt- Rede Nacional de Responsabilidade Social foi criada entre 2006 e 2007, durante o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, que se realizou para integrar os promotores financiados numa temática de RSE com várias parcerias. A RSO.pt é uma plataforma que fomenta encontros, ensinamentos, criação, partilha e

disseminação de conhecimento sobre práticas de RSE, tendo uma estrutura aberta, multissetorial e multifuncional.

De referir que uma empresa socialmente responsável não é igual para toda a sociedade, o termo pode ser visto em três visões diferentes, a primeira considera que uma empresa deve de ser eficiente e ética, a segunda que a empresa deve empenhar-se no bem-estar da sociedade, e por fim, a empresa deve de optar por políticas direcionadas aos recursos humanos que visem demonstrar respeito para com os colaboradores e seus familiares (Loureiro *et al*., 2012).

A evolução de 2002 para 2013 foi enorme, no início era necessário explicar o seu conceito e, neste último espaço temporal, o seu relato passou a ser de excelência. A RSE passou a ser vista como um fator diferencial e que leva a uma inovação constante. As empresas que mais evoluíram são as que exportam para mercados internacionais onde o conceito está mais disseminado na sociedade, o que levou a que empresas que só operam em Portugal fossem evoluindo (Botto, 2013).

Esta evolução levou a que as empresas deixassem de apenas doar dinheiro para passarem a intervir nas ações de apoio e nas ONGs, esta mudança também foi acelerada pela crise, onde os orçamentos diminuíram e as empresas tiveram de reinventar-se (Proença & Branco, 2014).

A evolução do conceito de RSE levou também ao aparecimento de prémios para as melhores práticas de responsabilidade social empresarial, que fruto das grandes consultoras e meios de comunicação quererem estar ligados a este conceito levou à criação de prémios no nosso país como já acontecia no estrangeiro, com maior enfase nos países mediterrânico (Knudsen, *et al*, 2003).

1.6.2 Prémios

Em Portugal, tal como nos outros países, foram criados prémios para destacar as melhores empresas no campo da responsabilidade social empresarial. Os prémios não são todos relativos ao mesmo tema, mas sim a uma diversidade deles, passando pela igualdade de género, relatórios de sustentabilidade ou as práticas no local de trabalho. Os prémios tal como os grupos de trabalho não vingaram todos, sendo que alguns extinguiram-se ao longo dos anos. De seguida apresento alguns exemplos:

- O primeiro prémio foi criado em 2000 e surgiu da ligação entre a *Great Place to Work* e a revista Exame. Este prémio foi intitulado de "Melhores Empresas para trabalhar", tendo sido inspirado no índice da revista Fortune que o elabora para as empresas dos Estados Unidos da América. Os parâmetros de avaliação são a credibilidade, justiça, orgulho, brio, camaradagem e respeito. (Rego, Moreira, Felício & Souto, 2003). Segundo Carvalho (2012) este prémio decorreu nestes moldes até 2005, no ano de 2006 passaram a existir dois prémios com o mesmo nome, um era elaborado pela Great Place to Work que passou a publicar no jornal Público e o prémio da revista Exame em primeiro com a Heidrick & Struggles, sendo destacada a dimensão social interna das empresas, e posteriormente, em 2010, com a Accenture. Com a separação entre a revista Exame e a Heidrick & Struggles, surgiu outro prémio, organizado pela Heidrick & Struggles que se junta aos ISCTE e ao Diário Económico a que foi dado o nome de "Prémio Excelência no Trabalho".
- De acordo com Pinto (2004) e Abreu, *et al*. (2005) a Revista visão publicou em 2003 a primeira edição do "Guia das Empresas socialmente Responsáveis", o júri destacou as melhores 10 empresas nacionais utilizando a metodologia desenvolvida pelo Instituto Ethos.
- O prémio Cidadania das empresas e organizações foi criado pela Escola de Negócios de Gestão e pela PricewaterhouseCoopers, no ano de 2006, e utilizava o questionário da metodologia SAM- *Sustainacle asset Management* realizado pela *Dow Jones Sustainability* (Gonçalves, 2006). A AESE e a PWC (2010) referem os pilares de avaliação do prémio, que são o enquadramento, o pilar económico, pilar ambiental e o pilar social. Este prémio acabou em 2010.
- Em 2013 surgiu o prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social, criado pela Merck, Sharp & Dohme para homenagear uma mulher que sempre defendeu a Responsabilidade social empresarial, que reconhece o trabalho desenvolvido por pessoas, singulares ou coletivas, que se destaquem na área da RSE em Portugal.
- Mais focado para a área da igualdade de género, o prémio "Igualdade é qualidade" surgiu em 2000 com o objetivo de combater a discriminação entre homens e mulheres promovendo a igualdade de géneros na formação profissional e no emprego. Este prémio é elaborado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego (CITE).
- Entre 2005 e 2010, foi realizado pela Deloitte e a AESE o prémio "Empresa Mais Familiarmente Responsável" que distinguia as empresas pelas suas ações de apoio às famílias e pelas medidas que permitiam conciliar a vida profissional com a familiar.
- O prémio "Prevenir Mais Viver Melhor no Trabalho" é atribuído em duas categorias, as boas práticas e em estudos de investigação. É promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho desde 2003.

- A Agência Portuguesa do ambiente em colaboração com a Direção Geral das atividades Económicas, a GCI e o BCSD Portugal promoveram entre 2009 e 2012 o prémio "Inovação para a Sustentabilidade EBAEpis" que distinguia as melhores empresas, publicas ou privadas, no âmbito do desenvolvimento sustentável, conciliando a preservação ambiental com o seu sucesso económico. O prémio é entregue duas vezes por ano. A partir de 2014, foi criado o GPA, que é organizado pela APA, em conjunto com a Quercus e a GCI.
- Por último, segundo Marcelino (2013), em 2009 foi criado pela Heidrick & Struggles, juntamente com o diário Económico e o INDEG/IUL ISCTE, com o objetivo de reconhecer as melhores práticas na área da sustentabilidade empresarial. A avaliação é feita segundo a metodologia *Triple bottom line*, ao avaliar as dimensões económicas, sociais e ambientais.

Em Portugal devido aos custos de organizar estes prémios levou a que muitos fossem extintos, outros não têm periodicidade certa e, ainda, a que os prémios sejam muito específicos nas áreas que avaliam.

1.6.3 Portugal no Mundo

A investigação sobre a responsabilidade social empresarial em Portugal não era muito recorrente, contudo, nos últimos anos a investigação nesta área tem vindo a aumentar graças ao apoio das universidades, do governo e do tecido empresarial (Abreu *et al*., 2005; Proença & Branco, 2014; Proença, Branco Lopes & António, 2016).

Em 1997 foi feito um dos primeiros estudos sobre a responsabilidade social empresarial em Portugal, este estudo demonstrou que as interações entre empresas e sociedade não eram todas iguais, eram normalmente realizadas através de doações financeiras e sem se integrarem na causa. Nessa altura os aspetos mais importantes eram a droga, os sem abrigo, a SIDA e a exclusão social. O principal impulsionador para estes apoios eram o marketing e a construção de uma boa imagem para a sociedade (Lehmann-Vogelweid, 1997).

Segundo Mori (2000) os estudos feitos por consultoras internacionais confirmavam que a RSE em Portugal ainda era pouco conhecida, sendo que 70% dos consumidores afirmavam que estes assuntos poderiam ter peso nas suas escolhas de compras e 60% das empresas afirmavam que deviam de dar mais atenção a este tema.

Dois estudos da Accountability vem demonstrar a pouca importância sobre a RSE nessa altura em Portugal. O primeiro, feito em 2003 coloca Portugal na 21º posição, tendo apenas a Grécia dos países da União Europeia atrás de si. O ponto positivo de Portugal foi ficar em segundo lugar na categoria de capital humano (Accountability, 2003). O segundo estudo feito pela mesma empresa mantém Portugal em 21º, mas integra Portugal dos países Assertivos que destaca os países que têm evoluído nos temas da RSE (Accountability, 2007).

A KPMG inclui pela primeira vez Portugal no seu estudo anual sobre a RSE "*Survey of Corporate Responsability Reporting*" em 2008, este estudo avalia a preocupação das empresas em reportar as suas iniciativas de responsabilidade social. Portugal fica a meio da tabela, destacando-se na ética e na inovação (KPMG, 2008). No estudo de 2011, a KPMG, inclui Portugal no grupo de países que lideram o tema, devido a ser um país que já têm estes relatórios há mais de 10 anos. Neste ano houve setores e empresas que obtiveram classificações muito elevadas no que toca à qualidade de reporte e ao profissionalismo (KPMG, 2011). Em 2013, Portugal mantém o seu lugar na tabela, mas destaca-se pelo terceiro lugar na adoção das medidas GRI para os seus relatórios, sendo que em 2015 volta a subir de posição (KPMG, 2013; KPMG, 2015).

Portugal no que se refere à regulamentação encontra-se no topo da lista, visto que transpõe as normas da União Europeia. A próxima secção apresentará a mais recente norma sobre o relato não financeiro, publicada em 2014 e que entrou em vigor em 2017. Pois, é sobre o impacto desta norma que o caso prático se irá versar, e será apresentada na secção seguinte.

2 Divulgação da informação empresarial

Os relatórios financeiros são a principal ferramenta das empresas para prestar informação aos *stakeholders*, geralmente denominados de Relatório e Contas. Todavia, nas últimas décadas os relatórios não financeiros foram-se tornando cada vez mais importantes.

2.1 Informação financeira

Os relatórios financeiros têm no seu corpo informação financeira, que pode ser definida como a informação que demonstre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira da empresa (Sábio, 2016).

Segundo o 1º paragrafo da Estrutura Conceptual (EC) do SNC-Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras são preparadas de maneira a prestar informação útil para a tomada de decisão económicas e devem responder às necessidades dos utentes.

O paragrafo 9 da EC vem apresentar quais são os utentes das demonstrações financeiras e quais são as suas necessidades:

- Investidores - ajudar na decisão de comprar, deter ou vender;
- Empregados – saber da capacidade da empresa para obter melhores salários e a estabilidade do emprego;
- Mutantes – saber se é expectável que a empresa cumpra com o pagamento de empréstimo e de juros;
- Fornecedores e outros credores – Saber se é expectável que as suas quantias devidas serão pagas dentro do prazo;
- Clientes – Saber se a empresa está bem e se pode contar com ela, especialmente quando estão dependentes da mesma;
- Governo – obter informação para regular a atividade e determinar políticas de tributação;
- Público – Saber da capacidade da empresa em contribuir para a economia local.

Os objetivos das demonstrações financeiras são apresentados entre os parágrafos 12 e 21 da EC, e são demonstrar a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira. As demonstrações que são utilizadas para cumprir os objetivos são:

- Posição financeira – Balanço;
- Desempenho – Demonstração de Resultados;
- Alteração na posição financeira – Demonstração de fluxos de caixa e Demonstração de Alterações ao Capital Próprio;
- Notas às Demonstrações Financeiras – Anexo.

Os parágrafos 22 e 23 da EC apresentam os pressupostos subjacentes às demonstrações financeiras. Eles são o regime do acréscimo, também conhecido por periodização económica, que é a contabilização do custo ou rendimento no ano a que o mesmo diz respeito, não estando relacionado com os fluxos financeiros, e o pressuposto da continuidade, que tem como base que a empresa não vai deixar de operar, caso a empresa esteja para terminar a sua atividade deve de informar no relatório que este

pressuposto não foi cumprido e apresentar outro regime que foi considerado para a elaboração do relatório.

Por sua vez, as características qualitativas das demonstrações financeiras são apresentadas entre os parágrafos 24 e 46 da EC. As características estão divididas em dois grupos, quanto à forma, em que as características são a compreensibilidade e a comparabilidade e quanto ao conteúdo, devem ser relevantes utilizando a materialidade para informar sobre as matérias mais importantes e a fiabilidade que é representada através de uma representação fidedigna, cumprindo a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência e a plenitude (Carvalho, 2006).

A relevância e a fiabilidade apresentam algumas limitações (parágrafos 43 a 45 da EC):

- Tempestividade: a informação apresentada fora de horas pode levar à perda de relevância, mas a não apresentação de informação pode fazer perder a fiabilidade;
- Balanceamento entre custo e benefício: Os custos de obtenção de informação não devem ser superiores aos benefícios da sua apresentação;
- Balanceamento entre características qualitativas: Por vezes pode ser difícil decidir a hierarquia de aspetos a reportar, nestes casos a escolha deve ser feita segundo o julgamento profissional.

As demonstrações financeiras devem de ter uma imagem verdadeira e apropriada segundo o parágrafo 46 da EC.

Os relatórios financeiros são alvo de algumas críticas, nomeadamente no que toca à falta de divulgação de estratégias, expectativas futuras e riscos. A maior critica prende-se a este relatório ser elaborado de uma forma retrospetiva, e serem extensos, complexos e com um nível técnico elevado. Outro fator negativo é a falta de informações não financeira (Adams, 2015).

Para combater esta última lacuna dos relatórios financeiros, a União Europeia decidiu legislar para que a informação empresarial alcançasse outra importância na sociedade, como será apresentado de seguida.

2.1.1 Diretiva 2014/95/EU

A diretiva 2014/95/EU veio alterar a Diretiva 2013/34/EU que incide sobre a matéria das demonstrações financeiras anuais, no entanto as alterações têm incidência no que toca

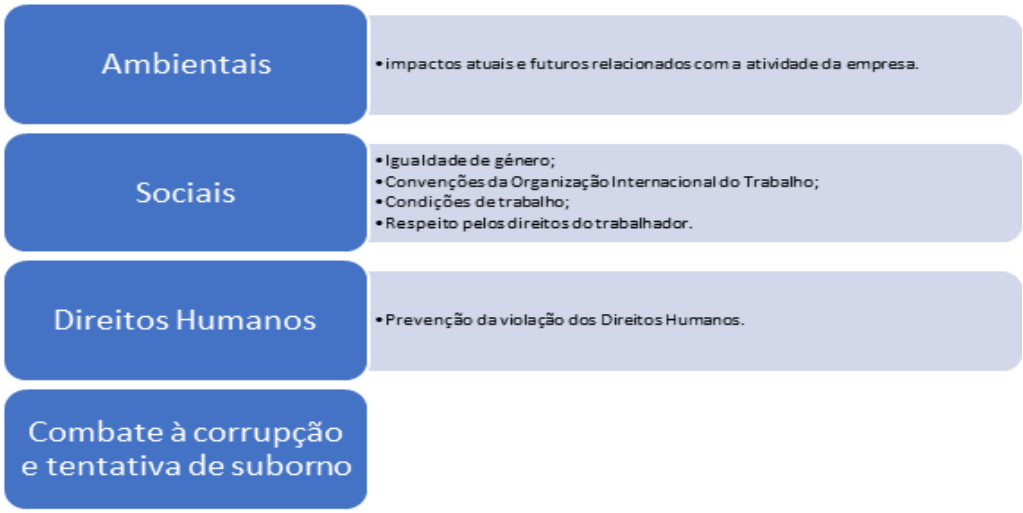
às demonstrações não financeiras, que anteriormente eram de elaboração voluntária e passaram a ser obrigatórias para certas empresas que serão apresentadas mais à frente

A diretiva em estudo tem o objetivo de alcançar um nível igual de transparência nas empresas todas da União Europeia, orientando as empresas para o desenvolvimento de uma economia mais sustentável. Para atingir o seu objetivo, publicou esta diretiva apresentando os aspetos mínimos que certas empresas devem apresentar (Aureli, Magnaghi & Salvatori, 2018).

As demonstrações não financeiras são as demonstrações que prestam informação, tal como o nome diz, não financeira. É importante definir o que se entende por informação não financeira. Segundo a *Federation of European* Accountants (2016) a informação não financeira pode ser entendida como toda a informação que não é financeira. Mas podemos definir também por serem matérias de âmbitos ambientais, sociais, dos trabalhadores, do respeito pelos direitos humanos, pelo combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Os temas a serem divulgados estão bem delineados na diretiva, bem como a sua abrangência (Figura 1):

Figura1-Temas da informação não financeira

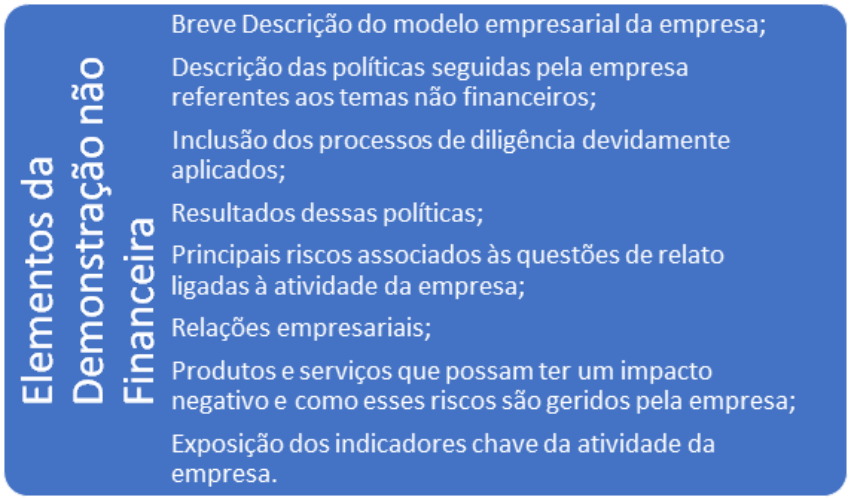


Fonte: Elaboração própria

Na demonstração não financeira tem também de ser apresentado, segundo o nº1 do artigo 19º-A, uma breve descrição do modelo empresarial da empresa, uma descrição das políticas seguidas pela empresa referentes aos temas expostos anteriormente, com a inclusão dos processos de diligência devidamente aplicados, os resultados dessas políticas, os principais riscos associados às questões de relato ligadas à atividade da empresa, assim como as suas relações empresariais, os seus produtos e serviços que

possam ter um impacto negativo e como esses riscos são geridos pela empresa, e por fim a exposição dos indicadores chave da atividade da empresa. Esquematicamente temos (Figura 2):

Figura 2- Elementos da Demonstração não Financeira



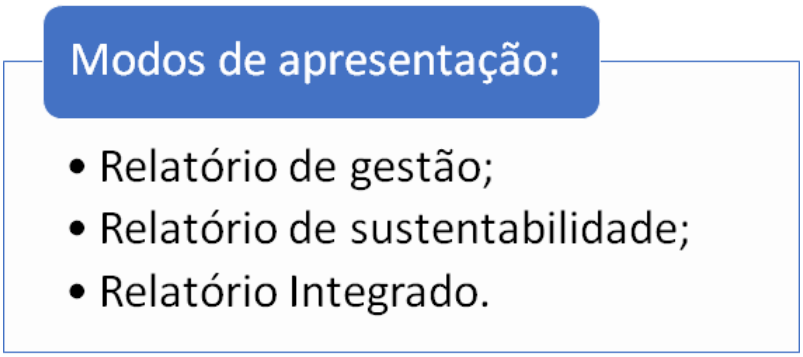
Fonte: Elaboração própria

A presente diretiva é aplicada às empresas que durante o ano de relato tiveram um número de funcionários médio de 500 empregados e que sejam consideradas como entidades de interesse público. Ficam isentas da obrigação de apresentar esta informação se forem uma empresa filial e a empresa mãe incluir esta empresa no seu relatório de gestão consolidado ou no relatório de sustentabilidade da empresa.

Quando a entidade de interesse público seja empresa-mãe de um grupo de empresas e o número de trabalhadores ultrapasse os 500 no exercício financeiro, esta empresa é obrigada a apresentar no seu relatório de gestão consolidado uma demonstração não financeira do grupo, seguindo as regras e prazos que já foram apresentadas anteriormente relativamente às outras entidades.

A informação pode ser apresentada de duas maneiras distintas, como podemos verificar na figura 3:

Figura 3- Modos de apresentação



Fonte: Elaboração própria

A entrada em vigor da diretiva deu-se nos exercícios anuais que começaram após 1 de janeiro de 2017, tendo sido transposta para o normativo nacional através do Decreto-Lei 89/2017.

2.1.1.1 O impacto da diretiva em alguns países

O efeito que a diretiva europeia 2014/95/EU teve na prestação de contas de empresas de vários países já foi estudado por alguns autores, por exemplo na Romênia, Itália, Polonia e Espanha.

A) Romênia

Tiron- Tudor, Nistor, Stefanescu & Zanellato (2019) chegaram à conclusão de que as empresas romenas antes da entrada em vigor da diretiva, tinham um nível de 51% de reporte médio. Os fatores principais para que as empresas romenas tenham um nível de reporte superior é a área de negócio. Se o seu negócio tem um grande impacto ambiental as empresas vão dar mais informação, por exemplo, empresas do setor petrolífero, e outro fator é o tamanho da empresa, sendo que quanto maior for a empresa o nível de reporte tende a aumentar.

As empresas romenas em 2016 prestavam mais informação sobre o modelo de negócios, os principais riscos e a sua gestão, matérias ambientais e sociais e a diversidade dos órgãos de gestão que é o único tema reportado por todas.

Em 2017, com a entrada em vigor da diretiva, o nível de reporte aumentou em todos os temas, sendo que os principais temas de 2016 continuaram a ser os com maiores

níveis de reporte. A grande diferença é que em 2017 passou a haver mais temas reportados por todas as empresas estudadas, sendo os temas, o modelo de negócios, os principais riscos e a sua gestão, as matérias sociais e a diversidade dos órgãos sociais.

O aumento da informação prestada pelas empresas romenas cotadas em bolsa não se deu apenas nas empresas que estão obrigadas a reportar a informação financeira, mas também às empresas sem obrigatoriedade. As empresas da área financeira e venda de bens tiveram o maior aumento, sendo que os setores com maior reporte são o setor das utilidades e dos combustíveis.

Em 2016 apenas dois temas foram reportados por todas as empresas do setor da energia, eles foram o modelo de negócios e a diversidade dos órgãos de gestão, já em 2017 houve um aumento para sete temas a serem reportados por todas as empresas, esses temas são o modelo de negócios, os principais riscos e a sua gestão, as matérias ambientais, matérias sociais e dos empregados, as matérias de anticorrupção, o modelo de reporte e a diversidade dos órgãos sociais. As empresas da amostra apresentam na sua estrutura de reporte as regras GRI.

Segundo Tiron- Tudor, Nistor, Stefanescu & Zanellato (2019) é possível aferir que a diretiva teve um efeito positivo no reporte de informação não financeira por parte das empresas romenas cotadas em bolsa, apesar de ainda haver espaço para melhorias. A diretiva espera-se que leve as empresas a prestarem melhor informação não financeira. Com o passar dos anos a responsabilidade social das empresas romenas está a tornar-se mais forte e começa a virar-se para ações com impactos a medio/longo prazo.

A) Itália

O estudo realizado por Venturelli, A., Caputo, F., Cosma, S., Leopizzi, R. & Pizzi, S., (2017) às empresas italianas vem dar a conhecer que o seu nível de reporte da informação não financeira fica nos 49%.

O presente estudo possui uma grande diferença do realizado às empresas romenas, visto que, este estudo incide sobre 5 temas, sendo eles o modelo de negócios, as políticas, os riscos, os indicadores de performance e a diversidade. Sendo que o estudo das empresas romenas apresentava dez temas para análise.

O tema que mais foi reportado foi o modelo de negócios, sendo que os temas que têm menor reporte são a diversidade e os indicadores de performance, que podem ser explicados pela falta de interesse para que exista uma maior diversidade na empresa

comparado com outros países e a falta de sistemas de controlo da sustentabilidade, respetivamente.

Na análise entre o setor financeiro e o setor não financeiro é possível chegar à conclusão que o setor financeiro apresenta melhores indicadores nos temas do risco, dos indicadores de performance e na diversidade, o que pode ser explicado pela cultura de risco nas empresas deste setor. Por outro lado, o setor não financeiro apresenta melhor reporte no modelo de negócios e nas políticas. De um modo geral, são as empresas não financeiras que têm um nível de reporte superior.

É possível ver as empresas que fazem o reporte sem serem obrigadas têm melhor pontuação que as obrigadas a tal. Este fenómeno pode ser explicado pela ligação das empresas a estes temas, as empresas que são obrigadas a reportar estas informações podem o fazer apenas por serem obrigadas, ao contrário das que o fazem voluntariamente, pois existe uma vontade e uma preocupação com os temas da informação não financeira.

Por fim é possível ver que as empresas multinacionais são as que mais informação reportam. Isto deve-se ao maior impacto que estas empresas têm na sociedade e no meio ambiente e a importância da reputação destas empresas em todos os mercados em que estão inseridas.

B) Polónia

O estudo sobre as empresas polacas foi realizado por Matuszak e Rózanska em 2017, e tem a sua análise quer nos relatórios anuais, nos sítios da internet da empresa e nos relatórios não financeiros. Os temas que são estudados são também diferentes do estudo para as empresas romenas, assim como do estudo das empresas italianas.

Tendo em consideração o paragrafo anterior, os temas que são estudados são os temas ambientais, as práticas laborais, os direitos humanos, o envolvimento com a comunidade e as matérias anticorrupção.

Também a classificação é diferente, os estudos apresentados anteriormente eram feitos de forma quantitativa, sendo que era atribuído o valor 1 quando o tema era referido e 0 quando não o era, este estudo é feito de uma forma qualitativa, sendo feita uma avaliação à qualidade da informação prestada.

A classificação da qualidade do reporte é feita segundo 5 níveis:

- Sem informação;
- Pouca informação;
- Informação geral;
- Informação detalhada;
- Informação muito detalhada.

Neste estudo os autores chegaram aos seguintes resultados.

Apenas 8,6% das empresas polacas reportam sobre os 5 temas em estudo, sendo que 62% das empresas não apresentam nenhuma informação nos seus relatórios anuais, os restantes 29,4% dividem-se entre a apresentação de um a quatro temas, sendo a maior fatia na apresentação de um único tema. Na informação prestada no sítio da internet das empresas, 8% apresenta informação sobre todos os temas, ao invés de 59,3% que não apresenta nenhuma informação. Por fim, relativamente aos relatórios não financeiros, cerca de 82,7% das empresas não os fazem, sendo que apenas 12,7% das empresas apresentam os cinco temas.

Através da análise da prestação de informação das empresas que reportam pelo menos um tema que está em estudo chegou-se à conclusão de que os relatórios não financeiros são o local preferencial para apresentar os temas e que os temas que menos são retratados no conjunto de todos os locais são os direitos humanos e as matérias de anticorrupção.

Da informação prestada pelas empresas em todos os locais, 36% da informação é considerada relevante e 26% foi considerada relevante e detalhada. Os temas que tiveram informação mais relevante foram os temas ambientais e o da envolvência com a comunidade. É importante apresentar que foi nos relatórios não financeiros que a informação foi em média onde teve menos informação relevante, sendo que foi nos sítios de internet das empresas onde atingiu valores mais elevado.

C) Espanha

O impacto da diretiva nas empresas espanholas foi estudado por Garcia, Garcia-Benau & Bollas-Araya (2018) que selecionaram uma amostra das empresas espanholas cotadas no índice IBEX-35 no ano de 2017, o primeiro ano de aplicação da norma.

Os resultados foram que 97,1% das empresas da amostra publicaram a informação não financeira em relatórios separados, ou seja, em relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados antes da diretiva entrar em vigor. Após a entrada em vigor, esta percentagem diminuiu para 80%. É de referir também que 88.75% das empresas incluíram a informação não financeira nos seus relatórios de gestão consolidados.

O setor da energia foi o que mais informação financeira apresentou, tendo atingido os valores mais altos de relato nos temas das matérias ambientais, sociais e dos empregados, e no respeito pelos direitos humanos. Por sua vez, foi o setor dos bens de consumo que mais informação apresentou acerca dos temas de anticorrupção.

Os setores que apresentaram mais informação sobre a informação financeira foram setores críticos no que toca a relações com o ambiente. Estes setores são o da energia, da indústria e da construção. O setor da energia é o que, tal como foi apresentado anteriormente, obteve melhor pontuação nas matérias ambientais, visto a sua forte atividade com os recursos naturais.

No que toca às matérias sociais, não houve nenhum setor que se destacasse, a curiosidade é que as empresas que apresentavam um relatório não financeira, regra geral, tinham este tema mais presente nos relatórios. No tema dos trabalhadores, destaca-se novamente o setor da energia.

Também os temas dos direitos humanos, foram apresentados em média, mais pelas empresas que elaboraram relatórios não financeiros, sendo que os setores com mais informação são os da indústria, da energia e dos bens de consumo.

2.2 Informação não financeira

Segundo Elkington (1997), o Livro Verde criou o conceito do Triple bottom Line para as empresas. Sendo assim, uma evolução do pensamento nas empresas de apenas pensarem no lucro, mas também pensarem nos aspetos sociais e ambientais.

A informação não financeira começou a ganhar importância com o aumento da confiança dos gestores, que viram que este tipo de informação permitia conhecer a empresa de uma maneira mais ampla e assim analisar novas situações importantes para a empresa, algumas áreas que esta informação permitiu obter mais conhecimento foi sobre os clientes, recursos humanos, sobre a estratégia da empresa e os processos e operações da empresa (Pires & Alves, 2011).

Segundo Pereira & Carreira (2016), a informação não financeira é toda a informação que não sendo financeira permite dar a conhecer melhor uma empresa, alguns temas que são retratados são a responsabilidade ambiental, social e o desenvolvimento sustentável. A informação não financeira começou a ser valorizada pois a informação financeira, nos momentos de incerteza, é pouco relevante e insuficiente.

De acordo com Herzig & Schaltegger (2016), os primeiros relatórios não financeiros surgiram na década de 70, como é o caso do relatório social na Alemanha. Na década de 80 surgiu nos Estados Unidos da América através da Lei US 1987 *Superfund Amendment and Reauthorization Act* (SARA), esta lei obrigava as empresas a prestar informação de uma maneira excessiva, quer a informação fosse relevante ou irrelevante. Esta lei veio fomentar o interesse sobre o impacto das empresas no ambiente e os seus impactos na política, ambiente, na sociedade e na economia.

No mesmo ano, em 1987, as Nações Unidas criaram a comissão Bruntland que realizou estudos sobre a ligação do desenvolvimento com o ambiente. Foi nesta comissão que surgiu o termo do desenvolvimento sustentável, que é representado pelo desenvolvimento no presente não poder colocar em risco a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas necessidades (Nações Unidas, 1987).

2.2.1 Relatório de sustentabilidade

Segundo Eccles & Spiesshofer (2017) os primeiros relatórios de sustentabilidade surgiram na década de 90, o seu objetivo era fornecer informações do desempenho da empresa nas áreas sociais, governamentais e ambientais.

O grande regulador do relatório de sustentabilidade é a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização sem fins lucrativos, que foi fundada em 1997, e tem sido desde então, uma mais-valia para a normalização destes relatórios, ao desenvolver diretrizes que regulem este relatório (Lozano, 2013). A GRI surgiu de uma iniciativa entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Carreira & Damião, 2013).

A GRI é uma organização global e independente que trabalha em rede, e a sua função é ajudar governos e empresas a apresentarem e a perceberem os seus impactos em temas, como as mudanças climáticas, direitos humanos e corrupção. Com esta informação disponível os gestores podem tomar decisões mais conscientes (GRI, 2015).

Esta organização não prepara apenas as suas diretrizes, mas também realiza atividades para ajudar as empresas na apresentação e elaboração dos seus relatórios não financeiros. Os relatórios feitos segundo as suas diretrizes são feitos de modo a balancear a informação prestada pela empresa, apresentando tanto a informação positiva como negativa (Michalczuk, G & Konarzewska, U., 2018).

Segundo Pereira (2016) a GRI tinha elaborado 4 gerações das *guidelines*. A G1 foi publicada em 2000, tendo sido adotada por 50 organizações no primeiro ano. A G2 surgiu como um complemento à geração anterior, e com melhorias no que toca à transparência do relato, a G2 no primeiro ano foi adotada por 150 organizações. Com o crescente interesse no relatório de sustentabilidade e ao aumento das exigências dos stakeholders, a GRI publicou em 2006 a G3, esta geração de *guidelines* apresentou a inclusão de vários indicadores de natureza económica, ambiental e social, assim como orientações para a informação a incluir no relatório, a importância de cada matéria e a extensão do relato de sustentabilidade. Em 2011, surge uma atualização à G3, denominada de G3.1, esta atualização veio incluir orientações sobre o desempenho sustentável, incluindo o relato sobre os direitos humanos, os impactos na comunidade e a diversidade de género.

A última geração de *guidelines* da GRI, surge em 2014, com a publicação da G4, esta geração apresentou um maior foco na materialidade da informação e incluiu também um quadro mais claro e eficaz para elaborar relatórios integrados. A G4 tem o objetivo de simplificar a integração da informação sobre a sustentabilidade, ajudando as empresas a preparar os relatórios de sustentabilidade, fazendo assim, com que os relatórios tenham a informação mais crítica sobre a atividade da empresa e sobre a prática dos padrões do relatório (Pereira, 2016).

Segundo Balardim (2017), em 2016 surgem as GRI *Standarts* que mantêm a base das G4, mas apresenta uma estrutura mais flexível, uma linguagem mais simples e os requisitos são apresentados de uma forma mais clara. As GRI *Standarts* tiveram a sua primeira aplicação nos relatórios a partir de 1 de julho de 2018.

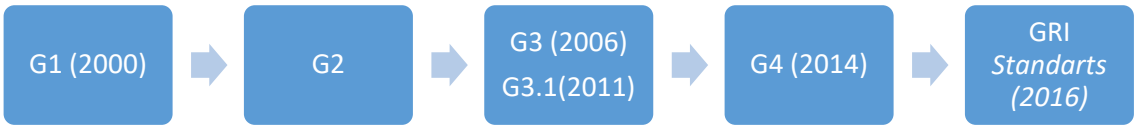
Segundo Michalczuz, *et al*, (2018) as GRI *Standarts* foram elaboradas em colaboração com a ONU de modo a contribuir para a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo esses objetivos os seguintes, erradicar a pobreza, erradicar a fome, saúde de qualidade, educação de qualidade, igualdade de género, água

potável e saneamento, energias renováveis e acessíveis, trabalho digno e crescimento económico, indústria, inovação e infraestruturas, reduzir as desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentáveis, ação climática, proteger a vida marítima, proteger a vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes e por fim, parcerias para a implementação dos objetivos. Os indicadores que mais são reportados são os seguintes:

- GRI 102-8: informação dos trabalhadores;
- GRI 102-16: valores, princípios, padrões e normas de comportamento;
- GRI 102-41: acordos coletivos de trabalho;
- GRI 103-2: gestão e seus componentes;
- GRI 205-3: casos de corrupção e ações tomadas;
- GRI 302-1: consumo de energia;
- GRI 401-1: Contratações e rotatividade de pessoal.

Na figura 1 podemos ver esquematicamente a evolução das Normas GRI:

Figura 1- Evolução das normas GRI



Fonte: Elaboração própria

2.2.2 Relato integrado

Eccles & Krzus (2010) definem o relato integrado como a melhor forma de dar uma imagem completa da empresa. O relato integrado surge para fazer face ao aumento da importância da informação não financeira, e à necessidade de apresentar esta informação de uma forma menos complexa.

O relato integrado surgiu no início do século, quando as empresas farmacêuticas dinamarquesas Novozymes e a Novo Nordisk decidiram juntar a informação financeira e a informação não financeira num único relatório, sem regras nem modelos definidos. Os seus relatórios foram publicados pela primeira vez em 2002 e 2004, respetivamente (Eccles & Krzus, 2015).

No primeiro relatório da Novozymes foi incluído uma mensagem do CEO da empresa que demonstra o objetivo do relatório integrado, mesmo não identificando como

tal nessa altura. A mensagem tinha na sua constituição, a vontade de começar a realizar relatórios que incluíssem toda a informação financeira e não financeira, sendo incluído no seu conteúdo toda a informação de interesse para a maioria dos stakeholders, fosse financeira, ambiental ou social. Este relatório surge como uma consequência natural do negócio que cada vez mais vai em direção ao tema da sustentabilidade, e à vontade dos stakeholders cada vez mais quererem uma visão mais ampla da empresa. A empresa começou a publicar um relatório impresso mais sucinto e a publicar o relatório com mais informação na internet (Santos, 2017).

O relatório integrado é considerado a evolução dos relatórios financeiros, e não dos relatórios de sustentabilidade como seria expectável, pois os utilizadores dos relatórios são fornecedores de capital financeiro e investidores. Estes relatórios têm uma grande diferença, ela prende-se com o espaço temporal dos relatórios, sendo que o relatório financeiro focasse no presente, o relatório integrado tem o objetivo de dar uma perspetiva a medio longo prazo.

Segundo carvalho (2014) e Smith (2014) é expectável que o relatório integrado seja uma revolução na prestação de contas, o relatório integrado não é apenas mais um relatório, este tem o objetivo de juntar a informação dos outros relatórios e apresentar a informação de forma concisa.

A IIRC (2011) define o relatório integrado como sendo um relatório conciso que aborda os temas da estratégia, *Governance*, o desempenho da empresa e as perspetivas futuras da empresa. Como a IIRC considera que a criação de valor de uma empresa está ligada ao ambiente externo, desde logo por causa das condições, económicas, sociais, tecnológicas e ambientais, o relatório tem de fornecer informação sobre as relações com a sociedade, e com o ambiente.

O relato integrado oferece uma visão mais ampla da situação da empresa, pois apresenta as ligações ao ambiente externo, como, a dependência de empresas e recursos, o seu acesso, e o impacto que tem sobre eles e o meio ambiente (Frias-Aceituno, J.V., Rodriguez-Azira, L. & Garcia-Sánchez, I. M., 2014).

Tal como afirmam Ecless & Krzus (2010), o relatório integrado pretende demonstrar a dependência da empresa perante os recursos produtivos, humanos, financeiros, intelectuais, sociais ou naturais. É por isso que estes relatórios também têm uma

importância para a responsabilidade social empresarial, pelo que devem de ser transparentes.

Segundo Adams & Simnett (2011), o relatório integrado deve mostrar os resultados de um pensamento integrado, que irá ajudar a empresa a mudar e tornar-se mais eficiente, ao tomar melhores decisões através de uma melhor base de informação. Deve ser dada a mesma importância a todos os *stakeholders*, tais como, trabalhadores, fornecedores, clientes, investidores, acionistas e comunidades locais.

A IIRC (2013a) define o pensamento integrado como a consideração de todas as áreas da empresa quando se está a tomar decisões, ao criar ligações entre todos os capitais e facilitar a análise dos impactos no curto, medio e longo prazo. O relatório integrado só existe se existir pensamento integrado.

Segundo Leocádio (2017), o relato integrado é um processo de gestão e controlo que surge de um pensamento integrado sobre a estratégia, governança, desempenho e perspetivas e que apresenta a informação de uma forma mais clara e concisa para os stakeholders.

Eccles e Krzus (2010) apresentam quatro benefícios do relatório integrado. O primeiro é a clareza sobre relacionamentos e compromissos, o relatório integrado através da sua estrutura faz com que sejam apresentados os principais aspetos de governança, ambientais e sociais e que sejam analisados à luz do seu impacto nas demonstrações financeiras. O segundo benefício, está ligado ao primeiro, e é a tomada de melhores decisões, visto que existindo o conhecimento do que impacta as contas da empresa, será mais fácil de ter decisões mais acertadas no futuro. O terceiro benefício é uma melhor interação com os *stakeholders*, neste caso com *shareholders* e *stakeholders*, segundo um estudo da KPMG em 2008, afirma que perceber as expectativas dos *stakeholders* é a razão mais importante para se relacionar com os *stakeholders*. O relatório integrado elimina as lacunas dos relatórios que são feitos apenas para *shareholders* ou *stakeholders*, como por exemplo a não inclusão da informação não financeira para os *shareholders*. Por último, o baixo risco reputacional, que é o mais complicado de gerir numa empresa, devido à falta de ferramentas e técnicas, a falta ou fraca coordenação entre os administradores e a falta de identificar a pessoa com responsabilidade sobre os problemas. Para reduzir este risco, é importante apresentar informação fidedigna para com os stakeholders, e é aqui que entra o relatório integrado.

A IIRC (2011) também apresenta várias vantagens que o relato integrado tem sobre o relato tradicional, elas são, a informação prestada ser adaptada às expectativas e necessidades dos *stakeholders,* a informação não financeira ser tratada de forma mais clara e assertiva, o aumento da confiança dos *stakeholders*, a informação ser centrada para obter novas oportunidades de negócios e o relacionamento com clientes, fornecedores, *stakeholders*, comunidade e outros interessados. As vantagens apresentadas anteriormente, resultam de uma melhor divulgação, a harmonização da comunicação e a colaboração entre as várias áreas da empresa.

A The Global Reporters 2004 realizou um estudo, no ano de 2004, denominado de Survey of Corporate Sustainability Reporting. O estudo teve uma amostra constituída por 50 empresas, que foram analisadas ao nível dos seus relatórios financeiros e não financeiros. As conclusões que o estudo permitiu chegar foram que estava a crescer um interesse pela informação não financeira, pois a informação financeira já não estava a satisfazer todos os stakeholders. Esta junção foi chamada de monstro de frankenstein, devido a não haver organização na informação. Estes relatórios apesar de darem mais informação aos *shareholders*, vieram retirar matérias dos relatórios que eram importantes para os stakeholders, devido ao número limitado de páginas dos relatórios (SustainAbility UNEP & Standard & Poor's, 2004).

Em 2005, o banco canadiano Vancity pediu a Susan Todd da Solstice Sustainability Works Inc. um estudo aprofundado sobre o relatório integrado para ficar a conhecer melhor o relatório integrado e que consequências poderia ter para as empresas. O estudo foi feito através de 14 entrevistas a peritos e a análise de 12 relatórios que preenchiam os requisitos para serem considerados como tal. As conclusões do estudo foram que o relatório integrado dá uma maior fiabilidade, coerência e consistência ao relato da empresa, e que era necessário ter em atenção à relação entre o relatório integrado e o relatório de sustentabilidade, pois a junção da informação financeira e não financeira pode gerar relatórios muito extensos, os autores do estudo afirmam que tendo isto em consideração o relato da informação não financeira pode diminuir e ser dado um maior destaque à informação financeira.

A GRI fez um estudo sobre os relatórios integrados dos anos 2010 e 2011. O estudo incidiu sobre 756 relatórios que estavam presentes na sua base de dados, as conclusões do estudo foram que, em 2010, de todos os relatórios analisados, 14% eram relatórios integrados. Em 2011, este número veio a aumentar para 20% dos relatórios. Com o

aumento do número dos relatórios integrados, a GRI, decidiu, em 2013, realizar um novo estudo, desta vez para perceber como o relatório integrado se estava a desenvolver pelo mundo. As conclusões chegadas foram que dos 756 relatórios integrados analisados, eram referentes a 519 empresas, que se distribuíam por 51 países e por 37 setores diferentes. A maioria dos relatórios faziam parte do teste piloto da IIRC, 519 relatórios, e 47% dos relatórios tinham sido auditados (GRI, 2013).

2.2.2.1 International Integrated Reporting Council *(IIRC)*

O *IIRC* surgiu em agosto de 2010, através de uma coligação entre a *Accounting for Sustainaility* (A4S) e a *Global Reporting Initiative* (GRI). A IIRC define-se como sendo uma coligação mundial de empresas, investidores, reguladores, organizações não governamentais e profissionais de contabilidade. A IIRC foi criada com o intuito de promover a comunicação sobre a evolução dos relatórios empresariais, e discutir futuras normas para o relatório integrado (Carvalho, 2014).

O IIRC tem a missão de estabelecer o relatório integrado como uma prática normal no setor publico e privado (IIRC, 2013b), para alcançar a sua missão a IIRC recorreu aos melhores profissionais de várias áreas e organizações, tal como, da KPMG, Ernst & Young, Pwc, Delloite, GRI, WWF, *Transparency International*, HSBC, Microsoft, Novo Nordisk e da Nestlé, tendo sido escolhido Mervyn King como *chairman* (IIRC, 2013a).

A IIRC veio a criar o denominado *International Integrated Reporting Framework*, também conhecido apenas por *Framework*. Para criar este documento, que é o harmonizador do relatório integrado, a IIRC criou um programa onde proporcionou a várias empresas uma oportunidade de se mostrarem líderes na área do relatório integrado. O objetivo da criação do *framework*, para além de facilitar a análise destes relatórios, era mostrar a ligação de uma empresa com a sua estratégia, governança, e performance financeira. Através desta ligação o *framework* procura ajudar as empresas a orientar de forma mais clara, as matérias que afetam a empresa, nomeadamente, na sua capacidade de criar valor para a empresa (IIRC, 2011a). Em 2012, a IIRC publicou o protótipo, denominado de *Prototype of International Framework*, e em 2013, publicou a proposta da estrutura, *Consultation Draft of the International Framework*. No final do ano, mais propriamente em dezembro de 2013, foi publicada a versão final, após contar com a ajuda de 359 organizações que aperfeiçoaram a *framework* (IIRC, 2013a).

A *framework* define o relato integrado como sendo uma comunicação da estratégia de uma empresa, a governança, performance e perspetivas, a ligação ao ambiente externo que levará à criação de valor, seja no curto ou médio/longo prazo. Como ambiente externo pode ser considerado o contexto económico, social, político e ambiental. (IIRC, 2013b).

Framework

A *framework* foi criada para facilitar as empresas na realização do relatório integrado, para que as empresas possam divulgar a informação de forma clara e concisa. O objetivo da *framework* é orientar a divulgação das empresas para os assuntos de interesse para os investidores, e os seus impactos no longo prazo de uma forma clara, concisa, comparável e integrada, facilitando a tomada de decisões (IIRC, 2013a).

O *framework* tem no seu interior seis capitais, sendo eles o financeiro que são os recursos que estão disponíveis para a empresa produzir os seus bens ou prestar os seus serviços, estes capitais são obtidos através de financiamento ou investimentos. O capital manufaturado são bens físicos que são ativos, como prédios, estradas, portos, pontes, plantas de tratamento de águas residuais e água potável. O capital intelectual e organizacional são considerados os conhecimentos, tais como ativos intangíveis, designadamente, direitos de autor, software e patentes. O capital natural são os recursos ambientais, quer eles sejam renováveis ou não renováveis, alguns exemplos são recursos como os minerais, a floresta, a terra, a água, a floresta, a biodiversidade e a qualidade dos ecossistemas em que a empresa está incluída. O capital humano são as competências, habilidades, a motivação dos funcionários, a sua lealdade, a capacidade de gestão e a liderança. Por fim, o capital social e relacional, que são as relações existentes com a comunidade à volta da empresa, sendo a população civil ou outras empresas, o envolvimento em causas sociais e a preocupação com a corrupção, comportamentos anticompetitivos, a segurança e o cumprimento dos direitos humanos.

A *framework* apresenta também princípios que devem ser seguidos por quem elabora o relatório integrado (Tabela 1) (IIRC, 2013b):

Tabela 1- Princípios do relatório integrado

PRINCIPIOS	
Foco na estratégia e orientação futura	-O relatório integrado deve apresentar a visão e a estratégia da empresa, e a capacidade para criar valor, seja no curto, médio ou longo prazo. Cada empresa, mesmo sendo do mesmo setor e ter as mesmas fontes de financiamento podem ter abordagens completamente diferentes. Sendo assim, é expectável que as empresas divulguem os riscos, oportunidades e dependência de mercados e do modelo de negócios. É também importante a visão dos gestores sobre a o desempenho antigo e atual, aspetos que alterem a relação com os stakeholders, o equilíbrio entre os objetivos de curto ou medio/longo prazo e as experiências passadas e como afetam a estratégia futura da empresa.
Conetividade da informação	-O relatório integrado tem na sua génese o pensamento integrado, é através deste princípio que surge a conectividade da informação, quanto maior o pensamento integrado, maior será a conectividade da informação. A conectividade pode ser de vários temas, entre eles, são a conectividade entre os elementos do conteúdo, ou seja, as interações entre as várias áreas da empresa, como as alterações de meios de produção de uma área para a outra, como estas alterações influenciam a criação de valor, e outras informações, como a evolução tecnológica ou a escassez de recursos; -A conectividade entre os capitais, visto que qualquer mudança pode alterar a capacidade de criar valor para a empresa; -A conectividade do tempo, ou seja, analisar o passado da empresa, e como el pode influenciar o presente e o futuro; -A conectividade da informação financeira, em pontos como a evolução da quota de mercado em investigação e desenvolvimento, novas oportunidades de negócio, aumento da eficiência energética ou a reputação e satisfação dos clientes; -Por último, a conectividade entre a informação de gestão, em aspetos como a informação prestada a stakeholders, isto é, se não existe diferenças entre a informação interna e a informação transmitida.
Relacionamento com os stakeholders	-Deve ser apresentada a informação sobre a qualidade das relações com os stakeholders, focando em pontos como a empresa entende as relações e a consideração que tem sobre as opiniões dos stakeholders sobre as suas necessidades e interesses; -O relatório integrado dá uma maior transparência sobre a empresa, o que ajuda a criar confiança na empresa.
Materialidade	-A informação a incluir no relatório integrado deve ser a informação que afete substancialmente a criação de valor da empresa.
Concisão	-Um relatório integrado para ser conciso, deve de seguir o princípio da materialidade, seguir uma estrutura, ter as referências e ligações entre matérias, evitar repetições, usar linguagem menos técnica e evitar assuntos genéricos
Confiabilidade e completude	-O relatório integrado deve apresentar os assuntos relevantes, quer eles sejam positivou ou negativos. -Para obter a confiabilidade, a informação deve ser fiável e apresentar uma imagem verdadeira da empresa. Para tal, pode ser criado um sistema de controlo interno, permitir a participação dos stakeholders e realizar auditorias internas e externas; -Na realização do relatório integrado é de extrema importância ter equilíbrio na informação, isto é, não ter muitas páginas a expor o bom da empresa, e poucas a falar do mau, ou utilizar uma linguagem mais técnica para a disfarçar, assim como colocar gráficos que compliquem a análise; -A IIRC para garantir que os relatórios integrados são equilibrados apresentou alguns métodos, eles são: *Não usar formatos de apresentação que sejam influenciáveis; *Dar o mesmo destaque para as forças e fraquezas da empresa, aumentos e diminuição de capitais e mostrar o desempenho, quer seja positivo ou negativo, de todas as áreas da empresa. - A completude, define-se como apresentar um relatório completo. Ou seja, apresentar toda a informação que seja relevante. É importante analisar os relatórios de outras empresas do setor para ter conhecimento de aspetos importantes a relatar que a empresa ainda não os tenha incluído.
Consistência e comparabilidade	-A informação deve ser apresentada de forma consistente ao longo do tempo e de uma forma que permita comparar entre espaços temporais e entre empresas.

Fonte: Elaboração própria

A *framework* tem oito elementos de conteúdo que estão interligados. Cada elemento tem uma pergunta que deve ser respondida (Leocádio, 2017):

- Visão geral da organização e ambiente externo: O que é que a empresa faz e quais são as circunstâncias em que opera?;
- *Governance*: Como é que a estrutura da *governance* da empresa apoia a sua capacidade de criar valor no curto, médio/longo prazo?;
- Modelo de negócios: Qual é o modelo de negócios da empresa?;
- Riscos e oportunidades: Quais são os riscos específicos e oportunidades que afetam a capacidade de a empresa criar valor ao longo do tempo e como é que a empresa os enfrenta?;
- Estratégia e alocação de recursos: Onde é que a empresa quer dirigir-se e como pretende chegar lá?;
- *Performance*: Em que medida a empresa atingiu os seus objetivos estratégicos para o período e quais são os seus resultados em termos de efeitos no capital?;
- *Outlook* ou perspetivas: Que desafios e incertezas que a organização provavelmente irá enfrentar para alcançar a sua estratégia e qual são as implicações potenciais para o seu modelo de negócios e futuro desempenho?
- Bases de preparação e apresentação de acordo com o guia geral: Como é que a organização determina quais os assuntos a incluir no relatório integrado e como esses assuntos são quantificados ou avaliados?;

Apesar de todas as vantagens expostas, também existem autores que apresentam desvantagens. Uma voz que tem sido bastante critica é a de Flower (2015) que define o relatório integrado como sendo um fracasso e que este abandonou o tema da sustentabilidade. Outra falha, segundo o autor, é o conceito da criação de valor que tem como principal foco os investidores e deixa de lado os outros stakeholders, e dá pouca importância ao valor da empresa.

O relatório integrado estar assente em capitais também é um ponto negativo, visto que, o objetivo podia ser informar sobre os impactos ambientais e societários. Por definição a empresa alcança a sustentabilidade quando consegue aumentar todos os capitais ou compensar a descida de uns com os restantes, ideia de que o autor se mostra contra. Não ser obrigatório explicar os capitais individualmente, permitindo que nem todos os capitais sejam desenvolvidos da mesma forma, alterando a perceção dos

stakeholders sobre a informação também é um ponto fraco que o autor aponta (Flower, 2015).

A falta do capital natural também é vista como uma falha nos capitais, sendo um aspeto importante, por exemplo, para quando uma empresa transformadora pretende abrir uma nova fábrica e terá de analisar o acesso a água, ar, terreno e florestas. Todas estas variáveis vão afetar a capacidade da empresa em criar valor. Certas multinacionais têm interesse em não incluir este capital visto que utilizam os recursos naturais de forma ostensiva e um relatório que lhes seja desfavorável, e não é do seu interessa incluir estas informações (Flower, 2015).

Thomson (2015) critica o relatório integrado por ser demasiado focado no lado económico e o relatório ser utilizado para procurar aumentar a riqueza dos investidores.

3 O estudo de caso das empresas portuguesas cotadas em bolsa

O presente estudo pretende apresentar o impacto que a entrada em vigor da Diretiva Europeia 2014/95/EU teve nas empresas portuguesas, para assim poder comparar com os resultados de outros países.

3.1 Metodologia

Para realizar este estudo foi realizada uma análise quantitativa, isto é, foi realizada uma análise sobre a presença dos temas nos relatórios das empresas, sejam eles:

- Relatórios de gestão;
- Relatórios de sustentabilidade;
- Relatórios integrados.

O horizonte temporal a estudar é composto pelos anos 2016 e 2019 de modo a perceber se houve evolução, ou não, no âmbito da divulgação de informação não financeira por estas empresas. O ano de 2016 por ser o ano anterior ao ano em que a diretiva europeia passou a ser aplicada no normativo nacional e o ano de 2019 por ser o último ano que as empresas já tinham publicado os seus relatórios à data do início desta dissertação.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo com indexação binária, ou seja, recorremos a alguns indicadores, já utilizados em outros trabalhos (Tiron-Tudor, *et al* (2019); Venturelli *et al*, (2017) & Garcia *et al*, (2018)) para aferir a evolução das práticas

implementadas pelas empresas. Caso um indicador tenha sido utilizado, quantifica-se com o valor 1 e caso contrário com 0.

Sempre que no mesmo ano fossem apresentados um relatório de gestão e um relatório de sustentabilidade, o relatório de sustentabilidade foi o analisado dado o seu âmbito se enquadrar mais com o conteúdo da diretiva apresentada anteriormente.

O estudo está feito numa base percentual, ou seja, os dados apresentados nas tabelas são a percentagem das empresas no ano, ou no setor, que relataram o tema em questão.

O presente estudo pretende responder a algumas perguntas, como:

1) Qual o impacto que a Diretiva teve no relato da informação não financeira?
2) Qual o tipo de relatório mais utilizado para prestar a informação não financeira?
3) Quais os temas que foram mais relatados?
4) Quais os setores que mais relatam a informação não financeira?

Os temas em estudo são os apresentados na tabela seguinte (Tabela 2), juntamente com o que foi procurado em cada um dos temas:

Tabela 2 - Temas em estudo

TEMAS	
Modelo de negócios	Atividade desenvolvida pela empresa
Políticas e diligências	Ações realizadas pela empresa; Políticas internas
Resultados	Resultados das políticas não financeiras
Riscos e sua gestão	Riscos de não prestar informação não financeira; Riscos que possam surgir de aspetos relacionados com os temas
Indicadores de performance	Indicadores sobre a evolução dos aspetos da informação não financeira; Exemplos: Consumo de água, luz ou de papel, diversidade dos trabalhadores.
Matérias ambientais	Relações estabelecidas entre a empresa e o meio ambiente
Matérias sociais e dos trabalhadores	Relação entre os trabalhadores e com a sociedade em que a empresa está inserida. Exemplo: formação dos trabalhadores, apoios à sociedade
Respeito pelos direitos humanos	Cumprimento dos direitos humanos
Matérias anticorrupção	Apresentação de mecanismos que dificultem o conluio e a corrupção
Estrutura de reporte	Regras seguidas para apresentar a informação não financeira
Diversidade do órgão de gestão	Referencia à percentagem mínima de diversidade no seio do órgão de gestão

Fonte: Elaboração própria

3.2 Amostra

O estudo foi realizado sobre as empresas cotadas na bolsa Euronext Lisbon. que é constituída por 55 empresas, apesar de nos resultados apenas estarem representadas 40 em 2016 e 46 em 2019, isto deve-se a não ter sido possível encontrar os relatórios nos sítios da internet das empresas. As empresas cotadas na bolsa Euronext Lisbon estão referidas na Figura 2.

As empresas neste estudo foram agrupadas por setores de atividade, num total de nove: indústria, bens de consumo, energia, serviços, construção, financeiro, desporto, imobiliário e saúde. Na indústria foram inseridas todas as empresas com atividades transformadoras, desde o papel até aos automóveis, nos bens de consumo são as empresas de retalho e de restauração, da energia são as empresas petrolíferas e elétricas, nos serviços alguns exemplos são a comunicação social e as empresas de telecomunicações, na construção as empresas de construção civil, no setor financeiro estão incluídas os bancos e empresas de pagamentos, no desporto os clubes de futebol, no imobiliário, tal como o nome indica, as imobiliárias e por fim na saúde as empresas que se dedicam à saúde.

No ano de 2016 não foi encontrado no sítio da internet os relatórios referentes às empresas Águas da Curia, COPAM, Euronext, Flexdeal, Futebol Clube do Porto, SAD, Greenvolt, Ktesios Real State, Litho Formas, Monumental Res, Multi 24, Nexponor-SICAFI, Novabase, SGPS, Olimpo Real State e da RSR Singular.

No ano de 2019, as empresas que não disponibilizaram os relatórios nos seus sítios da internet foram as Águas da Curia, a COPAM, a Euronext, a Greenvolt, a Imobiliária Const. Grão do Pará, Litho Formas, Multi 24, Orey Antunes Esc., e a RSR Singular.

Figura 2 - Empresas cotadas na Euronext Lisbon

Empresas cotadas na Euronext Lisbon	
• Águas da Curia; • Altri, SGPS; • Banco Comercial Português; • Sport Lisboa e Benfica, SAD; • Cofina, SGPS; • Conduril; • Copam; • Corticeira Amorim; • CTT Correios de Portugal; • EDP; • EDP Renováveis; • Estoril Sol; • Euronext; • Farminvest; • Flexdeal; • Futebol Clube do Porto, SAD; • Galp Energia; • Glintt; • Greenvolt; • Ibersol, SGPS; • Imobiliária Const. Grão do Pará; • Impresa, SGPS; • Inapa; • Jerónimo Martins, SGPS; • Ktesios Real State; • Lisgrafica; • Lithio formas; • Martifer;	• Media Capital; • Merlin Properties; • Monumentas Res; • Mota Engil; • Multi 24; • Nexponor-SICAFI; • Nos, SGPS; • Novabase, SGPS; • Olimpo Real State; • Orey Antunes; • Patris; • Pharol; • Raize; • Ramada; • Reditus, SGPS; • REN; • RSR Singular; • Sporting Clube de Braga, SAD; • Semapa; • SONAE; • SONAECOM, SGPS; • SONAGI; • Sporting Clube de Portugal, SAD; • Teixeira Duarte; • The Navigator Company; • VAA Vista Alegre.

Fonte: Elaboração própria

3.3 Resultados

Para começar o nosso estudo fomos averiguar qual o relatório mais utilizado para prestar a informação financeira. Pela análise da tabela 3 é possível constatar que o relatório que as empresas portuguesas mais utilizam é o relatório de gestão, que tem uma origem financeira.

Tabela 3- Tipo de Relatório

Ano	R. de Gestão	R. Sustentabilidade	R. Integrado
2016	37	2	1
2019	37	7	2

Fonte: Elaboração própria

Em ambos os anos foram apresentados 37 relatórios de gestão sobrepondo em muito, os 2 relatórios de sustentabilidade, e 1 relatório integrado no caso do ano de 2016. Em 2019 houve um aumento no número de relatórios tanto de sustentabilidade, como nos integrados, passando a ser 7 relatórios de sustentabilidade e 2 relatórios integrados. Este aumento no número total de relatórios deve-se a certas empresas não terem disponibilizados nos seus sítios da internet os relatórios das empresas em 2016.

Na tabela 4 pretende-se apresentar o efeito da entrada em vigor da diretiva na divulgação da informação não financeira.

Tabela 4- Efeito da diretiva no relato não financeiro

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
2016	0,83	0,50	0,33	0,25	0,43	0,58	0,60	0,20	0,10	0,38	0,25	0,40
2019	0,85	0,67	0,59	0,46	0,59	0,65	0,63	0,46	0,35	0,57	0,50	0,58
Temas: 1) Modelo de negócios; 2) Políticas e diligências; 3) Resultados; 4) Riscos e sua gestão; 5) Indicadores de Performance; 6) Matérias ambientais; 7) Matérias sociais e dos trabalhadores; 8) Respeito pelos direitos humanos; 9) Matérias anticorrupção; 10) Estrutura de reporte; 11) Diversidade do órgão de gestão												

Fonte: Elaboração própria

Em 2016 o relato médio era de 40%, e os temas que mais se destacavam eram o Modelo de negócios com 83%, as Matérias sociais e dos trabalhadores com 60%, as matérias ambientais com 58% e por último dos temas relatados por mais de metade da amostra as Políticas e diligências com 50%. O tema menos relatado foram as matérias anticorrupção onde apenas 10% das empresas apresentou o tema nos seus relatórios.

Em 2019 o relato médio aumentou para 58%, havendo aumento no relato de todos os temas. Dos quatro temas que em 2016 eram relatados por mais de metade das empresas, passaram para oito, sendo eles, o modelo de negócios (85%), as políticas e diligências (67%), os resultados (59%), os indicadores de *performance* (59%), as matérias ambientais (65%), as matérias sociais e dos trabalhadores (63%), a estrutura de reporte (57%) e por fim a diversidade dos órgãos sociais (50%). As matérias anticorrupção continuaram a ser

o tema menos relatado, mesmo tendo alcançado o maior aumento em relação ao ano de 2016.

Na tabela seguinte (tabela 5) pretende-se apresentar a diferença no relato entre as empresas com relatório obrigatório e voluntário no ano de 2016.

Tabela 5-Relato obrigatório versus voluntário 2016

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Total
Obrigatório	0,93	0,70	0,44	0,37	0,59	0,81	0,85	0,30	0,15	0,56	0,37	0,55
Voluntário	0,62	0,08	0,08	0,00	0,08	0,08	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09

Temas: 1) Modelo de negócios; 2) Políticas e diligências; 3) Resultados; 4) Riscos e sua gestão; 5) Indicadores de Performance; 6) Matérias ambientais; 7) Matérias sociais e dos trabalhadores; 8) Respeito pelos direitos humanos; 9) Matérias anticorrupção; 10) Estrutura de reporte; 11) Diversidade do órgão de gestão

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2016, a diretiva ainda não estava em vigor, mas para ser possível uma comparação entre os períodos foi feita uma análise entre as empresas que preenchiam os requisitos da norma e as que não preenchiam. Tendo o pressuposto em atenção, é possível ver que as empresas que estariam obrigadas têm um nível de relato muito superior às empresas que não estariam abrangidas. Este fenómeno pode ser explicado com os conceitos teóricos apresentados anteriormente, que afirmam que um dos fatores que levam uma empresa a apresentar a informação não financeira é a sua dimensão, visto que as empresas que estão abrangidas pela diretiva são as que possuem mais de 500 trabalhadores num período.

Nas empresas que seriam obrigadas a relatar informação não financeira o nível de relato médio foi de 55%, tendo sido o modelo de negócios o tema mais relatado, que foi apresentado por 93% das empresas. Os outros temas que ficaram acima da média foram as políticas e diligências (70%), os indicadores de *performance* (59%), as matérias ambientais (81%), as matérias sociais e dos trabalhadores (85%) e a estrutura de reporte (56%). O tema que foi menos relatado foram as matérias anticorrupção, que foram apresentadas apenas por 15% das empresas da amostra, de seguida foram o respeito dos direitos humanos (30%), a diversidade dos direitos humanos (37%), riscos e sua gestão (41%) e os resultados (48%).

Nas empresas que não estariam obrigadas o relato foi de apenas 9%, sendo que o tema mais apresentado foi o modelo de negócios que foi apresentado por 62% das empresas. No extremo contrário estão os temas que não foram relatados, eles foram os riscos e sua gestão, o respeito pelos direitos humanos, as matérias anticorrupção, a

estrutura de reporte e a diversidade do órgão de gestão. Os restantes temas, as políticas e diligências, os resultados, os indicadores de *performance*, as matérias ambientais, e as matérias sociais e dos trabalhadores foram apresentadas por 8% das empresas não abrangidas pela diretiva.

A tabela 6, tem o mesmo objetivo que a tabela anterior, apresentar as diferenças de reporte das empresas com relato obrigatório e voluntário, mas para o ano de 2019.

Tabela 6- Relato obrigatório versus voluntário 2019

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Total
Obrigatório	0,93	0,93	0,83	0,67	0,83	0,93	0,90	0,70	0,53	0,83	0,70	0,80
Voluntário	0,69	0,19	0,13	0,06	0,13	0,13	0,13	0,00	0,00	0,06	0,13	0,15

Temas: 1) Modelo de negócios; 2) Políticas e diligências; 3) Resultados; 4) Riscos e sua gestão; 5) Indicadores de Performance; 6) Matérias ambientais; 7) Matérias sociais e dos trabalhadores; 8) Respeito pelos direitos humanos; 9) Matérias anticorrupção; 10) Estrutura de reporte; 11) Diversidade do órgão de gestão

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2019, as empresas abrangidas pela norma atingiram um relato médio de 80%, sendo que todos os temas foram relatados por mais de 50% das empresas. O tema menos relatado teve 53% e foram as matérias anticorrupção. Os temas mais relatados foram o modelo de negócios (93%), as políticas e diligências (93%), as matérias ambientais (93%) e as matérias sociais e dos trabalhadores (90%). Os restantes temas por ordem decrescente de reporte obtiveram 83% no caso dos resultados, indicadores de *performance* e estrutura de reporte, 70% para o respeito pelos direitos humanos e diversidade dos órgãos de gestão e por último com 67% os riscos e sua gestão.

Por sua vez, as empresas que não estavam abrangidas pela diretiva obtiveram um nível médio de reporte de 15%, sendo o modelo de negócios o tema mais relatado, tendo sido apresentado por 69% das empresas. Os temas que se seguiram foram as políticas e diligências com 19%, com 13% os resultados, os indicadores de *performance*, as matérias ambientais, as matérias sociais e dos trabalhadores e a diversidade dos órgãos sociais, com 6% temos os riscos e sua gestão e a estrutura de reporte. O número de temas que não foram relatados por nenhuma empresa diminuíram para dois, sendo eles, o respeito pelos direitos humanos e as matérias anticorrupção.

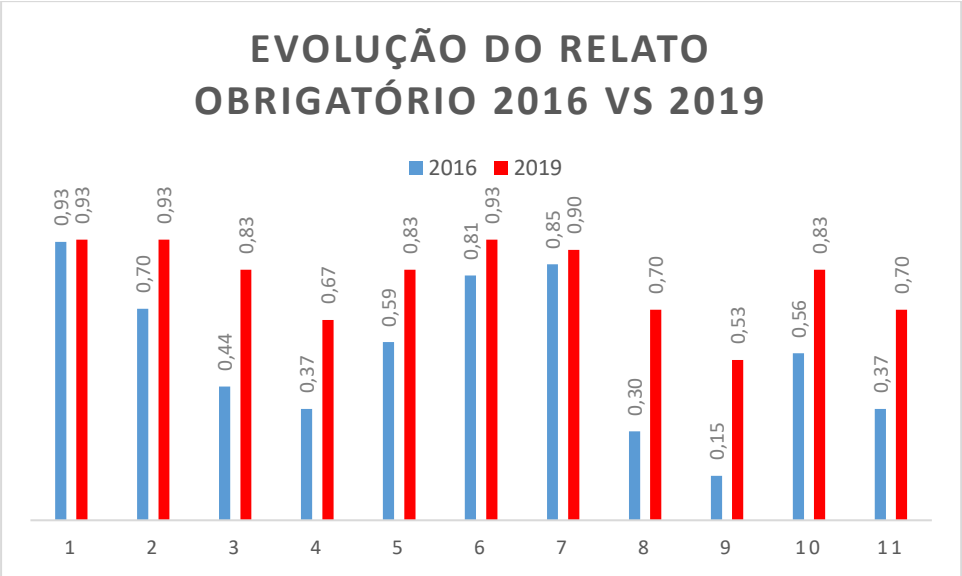
Pode-se afirmar que com a entrada em vigor da diretiva houve um aumento do relato tanto nas empresas abrangidas como nas não abrangidas, tendo aumentado as percentagens de divulgação em todos os temas. Mas foi nas empresas abrangidas que o aumento foi mais notório, tendo passado de 56% para 80%. Não se pode afirmar que a

diretiva tenha tido uma grande influência nas empresas não abrangidas, visto que, o aumento foi apenas de 5 pontos percentuais, passando a cingir-se nos 15%, o que é um valor muito baixo.

Nas empresas abrangidas pela norma o aumento foi maior, tendo alcançado uma subida de 24 pontos percentuais. Mas mesmo assim, ainda ficou longe do reporte completo da informação em estudo.

O seguinte gráfico (Figura 3) pretende apresentar o impacto da diretiva nas empresas abrangidas pela norma de uma forma mais visual para melhor análise da evolução.

Figura 3 - Evolução do relato obrigatório 2016 versus 2019



Fonte: Elaboração própria

Pela análise do gráfico acima apresentado é possível ver que o modelo de negócios foi o único tema onde o nível de relato não aumentou, tendo mantido os mesmos valores de 2016. O tema com maior aumento foi o respeito pelos direitos humanos, com um aumento de 40 pontos percentuais, o segundo tema com maior aumento foi os resultados, que alcançou um aumento de 39 pontos percentuais, de seguida as matérias anticorrupção tiveram um aumento de 38 pontos percentuais. É também de referir o aumento de 33 pontos percentuais na diversidade dos órgãos sociais e o aumento de 30 pontos percentuais dos riscos e sua gestão. Os três temas que menos aumentaram foram os que tinham valores mais altos em 2016, sendo eles, as matérias sociais e dos trabalhadores que tiveram um aumento de 5 pontos percentuais, as matérias ambientais com 12 pontos

percentuais e as políticas e diligências com o aumento de 23 pontos percentuais. Estes três temas juntamente com o modelo de negócios que manteve o nível de relato são os temas que estão entre os 90 e 93%, logo, os com maior relato.

A tabela 7 apresenta o número de empresas em cada setor e o nível médio de reporte da informação não financeira, para os anos de 2016 e 2019.

Tabela 7- Nível de relato por setores

	2016		2019	
Setor	Nº Empresas	média	Nº Empresas	média
Indústria	8	0,42	8	0,72
Bens de consumo	3	0,61	3	0,79
Energia	4	0,93	4	0,95
Serviços	12	0,34	13	0,57
Construção	4	0,34	4	0,68
Financeiro	3	0,30	5	0,53
Desporto	3	0,03	4	0,07
Imobiliário	2	0,32	4	0,16
Saúde	1	0,09	1	0,73
	40	0,40	46	0,58

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a tabela 7 é possível constatar que em 2016 os três setores com maior nível de relato eram a energia com 93%, os bens de consumo 61% e a indústria com 42%. Os restantes setores, por ordem decrescente, apresentaram 34% para os serviços e construção, 32% para o imobiliário, 30% para o financeiro, 9% para a saúde e por último o desporto que apenas obteve 3% da matéria relatada.

No ano de 2019, houve uma alteração no top três dos setores com maiores níveis de relato. Ainda como setor que mais temas apresentam, o setor da energia aumentou a informação prestada e alcançou os 95%, seguido dos bens de consumo com 79%. A mudança foi na terceira posição, onde o setor da saúde, graças à única empresa incluída neste setor teve uma grande evolução na quantidade de matérias reportadas, passando a apresentar 73% dos temas. O setor da indústria teve um aumento menor e cresceu para os 72%. O setor da construção também teve um grande aumento na informação prestada, tendo duplicado os temas apresentados, passando a ter 68% dos temas presentes nos relatórios, os setores dos serviços apresentam 57%, o financeiro 53%, o setor imobiliário, com o aumento de número de empresas a terem disponíveis os seus relatórios para

consulta, reduziu o seu nível de relato para metade, ou seja, 16%. Em último lugar, como setor que menos apresenta informação financeira encontra-se, tal como em 2016, o setor do desporto que aumentou a informação prestada, mas só apresenta 7% da informação.

Na próxima tabela, que será a última apresentada neste estudo, serão estudados os quatro setores que tiveram melhores índices de relato, o setor da indústria, dos bens de consumo, da energia e o setor da saúde.

A seguinte tabela apresenta os setores com maior nível de relato em 2019, apresentando o nível de relato de cada tema, sendo assim possível ver a evolução do valor total e por tema.

Tabela 8-Setores com maior nível de relato

Anos	Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
2016	Indústria	**1,00**	0,63	0,25	0,25	0,50	0,75	0,75	0,00	0,00	0,25	0,25	0,42
	Bens de consumo	**1,00**	0,67	0,67	0,67	0,67	**1,00**	**1,00**	0,33	0,00	0,67	0,00	0,61
	Energia	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,75	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,75	**1,00**	0,75	0,93
	Saúde	**1,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09
2019	Indústria	**1,00**	0,88	0,63	0,50	0,75	0,88	0,88	0,63	0,50	0,63	0,63	0,72
	Bens de consumo	**1,00**	**1,00**	0,67	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,33	0,00	0,67	**1,00**	0,79
	Energia	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,75	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,75	0,95
	saúde	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	0,00	**1,00**	**1,00**	0,00	0,00	**1,00**	**1,00**	0,73

Temas: 1) Modelo de negócios; 2) Políticas e diligências; 3) Resultados; 4) Riscos e sua gestão; 5) Indicadores de Performance; 6) Matérias ambientais; 7) Matérias sociais e dos trabalhadores; 8) Respeito pelos direitos humanos; 9) Matérias anticorrupção; 10) Estrutura de reporte; 11) Diversidade do órgão de gestão

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2016 o setor da indústria teve um relato total do tema do modelo de negócios, que foi transversal a todos os setores analisados nesta tabela, para além deste tema, os outros que mais foram relatados, tendo tido valores superiores à média do setor foram as políticas e diligências (63%), as matérias ambientais (75%) e as matérias sociais e ambientais também com 75%. Dos temas que obtiveram valores inferiores à média foram os indicadores de *performance* (50%), com 25%, os resultados, os riscos e sua gestão, a estrutura de reporte e a diversidade dos órgãos de gestão. Houve, porém, dois temas que não foram apresentados por nenhuma empresa do setor, sendo eles o respeito pelos direitos humanos e as matérias anticorrupção.

No setor dos bens de consumo os temas completamente reportados subiram para três, sendo eles o modelo de negócios, as matérias ambientais e as matérias sociais e dos

trabalhadores. Os temas políticas e diligências, resultados, riscos e sua gestão, indicadores de *performance* e a estrutura de reporte alcançaram um relato médio de 67%, apenas os respeito pelos direitos humanos tiveram 33% e as matérias anticorrupção e a diversidade dos órgãos sociais não foram apresentadas por nenhuma empresa.

O setor da energia foi o setor com maior reporte, tendo alcançado quase a totalidade. Todas as empresas reportaram os temas do modelo de negócios, políticas e diligências, resultados, indicadores de *performance*, Matérias ambientais, matérias sociais e dos trabalhadores, respeito pelos direitos humanos e a estrutura de reporte. Os restantes três temas, os riscos e sua gestão, as matérias anticorrupção e a diversidade dos órgãos de gestão foram reportados por 75% das empresas.

O setor da saúde, que como foi apresentado anteriormente é constituído apenas por uma empresa, em 2016 apenas apresentou o modelo de negócios o que representa 9% dos temas.

Como já foi apresentado anteriormente todos os setores aumentaram os seus níveis de reporte. O setor da indústria deixou de ter temas sem relato por nenhuma empresa, mas continuou a ser apenas o modelo de negócios a ser apresentado por todas. Os níveis de relato foram de 88% para as políticas e diligências, matérias ambientais, e matérias sociais e dos trabalhadores, 75% para os indicadores de *performance*, 63% para os resultados, respeito pelos direitos humanos, estrutura de reporte e diversidade dos órgãos sociais, por últimos, com 50%, os riscos e sua gestão e matérias anticorrupção.

O setor dos bens de consumo aumentou em três os temas totalmente reportados, sendo eles os riscos e sua gestão, os indicadores de performance e a diversidade dos órgãos de gestão, que em 2016 não tinha sido apresentado por nenhuma empresa, que se juntaram ao modelo de negócios, as matérias ambientais e as matérias sociais e dos trabalhadores. Os resultados e a estrutura de reporte alcançaram 67%, o respeito pelos direitos humanos foi apresentado por 33% das empresas e as matérias anticorrupção continuaram sem ser apresentadas por nenhuma empresa

Por último, o setor da energia conseguiu aumentar ainda mais o seu nível de reporte, tendo atingido os 95%, graças a todas as empresas passarem a reportar todas as matérias anticorrupção. Os únicos temas que não foram reportados por todas as empresas foram os riscos e sua gestão e a diversidade dos órgãos sociais que foram reportados por 75% das empresas.

O setor da saúde foi o que obteve uma maior subida, sendo que em 2019 teve um nível de relato de 73%, que foi atingido por ter sido apresentada informação sobre o modelo de negócios, as políticas e diligências, os resultados, os riscos e sua gestão, as matérias ambientais, as matérias sociais e dos trabalhadores, a estrutura de reporte e a diversidade dos órgãos de gestão.

3.4 Discussão dos resultados

Na presente subsecção serão respondidas às perguntas anteriormente apresentadas e a comparação dos resultados com os estudos apresentados na revisão da literatura.

1) Qual o impacto que a diretiva teve no relato da informação não financeira?

Pela análise da tabela 4 é possível afirmar que a entrada em vigor da diretiva veio influenciar as empresas a relatarem mais informação financeira, todos os temas tiveram um aumento de 2016 para 2019. As tabelas 5 e 6 demonstram também que este aumento não foi só graças às empresas que estão abrangidas pela norma, mas também às restantes empresas que mesmo não tendo um aumento tão acentuado como as abrangidas pela diretiva, também tiveram o seu papel neste aumento, aumento esse que pode ter sido despoletado pela norma.

As empresas não abrangidas tiveram apenas um aumento de 6 pontos percentuais, este aumento deve-se ao aumento da prestação de temas como o modelo de negócios, políticas e diligências, resultados, riscos e sua gestão, indicadores de *performance*, matérias ambientais, matérias sociais e dos trabalhadores, da estrutura de reporte e da diversidade dos órgãos sociais que teve o maior aumento de reporte.

No caso das empresas abrangidas houve aumentos em todos os temas, com exceção do modelo de negócios. Os temas que tiveram maior aumento foram os resultados, os riscos e sua gestão, o respeito pelos direitos humanos, as matérias anticorrupção a estrutura de reporte e a diversidade dos órgãos sociais.

Em comparação com os estudos apesentados anteriormente, em 2016, as empresas portuguesas apresentam um nível de reporte (40%) apenas superior às empresas polacas (36%). Sendo superadas pelas empresas romenas (51%) e pelas italianas (49%). Em 2019, as empresas portuguesas aumentam o seu nível de reporte (58%), a comparação deste valor com os apresentados nos outros estudos não é a melhor, visto que os outros estudos se referem a 2017, o que representa dois anos de diferença. Mas mesmo assim as empresas

portuguesas não conseguem ter níveis de reporte superiores a todos esses países, como é o exemplo das empresas romenas, únicas com os valores pôs entrada em vigor, que em 2017 tiveram um nível de reporte de 69%.

É possível afirmar que a diretiva europeia teve um impacto positivo em todos os países apresentados nesta dissertação, tendo todos os países visto as suas empresas a publicarem mais informação não financeira nos seus relatórios.

2) Qual o tipo de relatório mais utilizado para prestar a informação não financeira?

O tipo de relatório que mais é usado em Portugal pelas empresas para relatar a informação não financeira nos anos em estudo foi o relatório de gestão que foi utilizado por 37 empresas, quer no ano de 2016 como no ano de 2019, número muito elevado comparado com os relatórios de sustentabilidade e integrados que foram utilizados 2 e 1 vez em 2016 respetivamente e 7 e 2 em 2019. Pode ser afirmado que as empresas aproveitaram o relatório que já eram obrigadas a apresentar anualmente para apresentar as matérias da informação não financeira.

Os resultados das empresas portuguesas são bastante diferentes dos resultados das empresas espanholas, na verdade são o inverso, 97,1% das empresas espanholas apresentaram a informação não financeira em relatórios separados antes da entrada em vigor da norma, tendo este valor diminuído para 80% em 2017. Apesar da publicação da informação em relatórios separados, 88,75% que publicaram relatórios não financeiros também apresentaram a informação nos relatórios de gestão.

3) Quais os temas que mais foram relatados?

Os temas mais relatados em 2016 pelas empresas cotadas na bolsa Euronext Lisbon foram o modelo de negócios com 83%, as Matérias sociais e dos trabalhadores com 60%, as matérias ambientais com 58% e as Políticas e diligências com 50%. O modelo de negócios foi o tema mais relatado tanto pelas empresas abrangidas como não abrangidas pela norma, tendo alcançado os 93% e 62% respetivamente.

Em 2019, os temas que mais foram divulgados pelas empresas foram o modelo de negócios por 85%, as matérias ambientais (65%), e as matérias sociais e dos trabalhadores (63%), neste ano houve um aumento de temas que passaram a ser relatados por mais de metade das empresas da amostra, sendo eles os resultados (59%), os indicadores de *performance* (59%), a estrutura de reporte (57%) e por fim a diversidade dos órgãos

sociais (50%). Nas empresas não abrangidas o tema mais apresentado continuou a ser de o modelo de negócios que foi apresentado por 69% das empresas, sendo que os restantes não alcançaram os 20%, a diminuição do número de temas não relatados também contribuiu para o aumento do nível de reporte.

Nas empresas abrangidas pela norma, em 2019, de um tema reportado por pelo menos por 90% passaram a ser quatro, sendo eles, o modelo de negócios (93%), as políticas e diligências (93%), as matérias ambientais (93%) e as matérias sociais e dos trabalhadores (90%).

As empresas romenas reportam mais o modelo de negócios, as matérias sociais e dos trabalhadores, os riscos e sua gestão e a diversidade do órgão de gestão que é apresentada por todas as empresas, ao invés das empresas portuguesas que apenas metade o apresentam. As empresas italianas também têm o modelo de negócios como tema com maior relato, tal como nas empresas portuguesas, o tema da diversidade é pouco divulgado pelas empresas italianas.

4) Quais os setores que mais relatam a informação não financeira?

Os setores que mais relataram a informação financeira em 2016 foram os setores da indústria (42%), dos bens de consumo (61%) e da energia (93%). Em 2019 mantiveram-se na frente o setor da energia (95%), seguido dos bens de consumo (79%), da saúde (73%) e da indústria (72%). É de salientar que o setor da saúde apenas é constituído por uma empresa pelo que é mais fácil de alterar o nível de relato do setor, do que os que têm mais empresas. Podemos assim afirmar que o setor da energia é o que mais relata a informação não financeira, o que vem de encontro com os estudos apresentados anteriormente e com a teoria da legitimação que afirma que as empresas mais poluidoras são as que mais informação prestam para dar uma melhor imagem para a sociedade.

No que toca ao setor que mais informação não financeira apresenta, o setor da energia é o que em ambos os países está no topo com maior nível de reporte. Apesar de as empresas romenas serem as que mais informação fornecem no seu geral, no que toca ao setor da energia, são as portuguesas que têm valores mais altos, ou seja, 95% contra 89% das empresas romenas em 2019. Nos restantes países também é o setor da energia e outros que têm um maior impacto no ambiente que regra geral apresentam mais informação não financeira. Estas conclusões vêm dar força à teoria da legitimidade que

defende a ideia de que as empresas precisam de ter uma boa imagem para com a sociedade de modo a legitimar as suas ações e relações com as pessoas e com o meio ambiente.

CONCLUSÃO

A entrada em vigor da Diretiva Europeia 2014/95/EU veio aumentar o nível de reporte em todos os países apresentados nesta dissertação. Apesar de o estudo sobre as empresas portuguesas ter um espaço temporal diferente dos demais, faz com que seja visível o atraso das empresas da Euronext Lisbon em comparação com as demais. Sendo que comparando os resultados com os outros países, as empresas portuguesas em 2019 tiveram um nível de relato de 58%, que é inferior aos valores alcançados pelas empresas romenas em 2016, que alcançaram os 69%.

O tipo de relatório mais utilizado pelas empresas cotadas na bolsa Euronext Lisbon é o relatório de gestão que foi utilizado por 37 empresas em ambos os anos. Estes valores são bastantes diferentes das empresas espanholas que apresentam a informação não financeira em relatórios não financeiros em 97,1% dos casos.

Os temas mais relatados são o modelo de negócios, as matérias ambientais, as matérias sociais e dos trabalhadores. Por sua vez as empresas romenas apresentam o modelo de negócios, as matérias sociais e dos trabalhadores, os riscos e sua gestão e a diversidade dos órgãos de gestão. Este último tema é dos menos relatados pelas empresas portuguesas e também pelas italianas.

Os setores que mais informação prestam são o setor da energia, que tem os valores mais elevados, dos bens de consumo, da saúde, e da indústria. Também nos restantes países é o setor da energia e outros com grandes impactos ambientais e sociais que têm um maior nível de relato, este fenómeno pode ser explicado pela teoria da legitimidade, que refere que as empresas têm necessidade de ter uma boa imagem perante a sociedade para legitimar a sua atividade. Para que tal aconteça estas empresas apresentam estes relatórios não financeiros para mostrar as suas virtudes e a sua preocupação com o seu impacto.

Estes resultados vão de encontro às conclusões de Ribeiro & Cecília (2018), que afirmaram já ser uma prática das empresas portuguesas, especialmente as cotadas em bolsa, de divulgar informação financeira nos seus relatórios já antes da entrada em vigor da diretiva.

É percetível pelo estudo que as empresas cotadas na Euronext Lisbon estão em desvantagem frente às restantes empresas de outros países no que toca ao relato da informação financeira, isto pode ser por a introdução destes temas ser mais tardia em

Portugal, e também pela mentalidade portuguesa de só fazer as coisas quando se tornam obrigatórias.

Durante o estudo houve limitações que se prenderam com o facto de que só foram analisados os relatórios divulgados no sítio das empresas, não foram investigadas outras fontes. A falta de partilha por parte das empresas da amostra que não tinham disponibilizado no seu sítio da internet os seus relatórios, levou também a que o número de relatórios analisados nos dois anos fosse diferente, sendo que em 2019 houve mais seis relatórios que no ano de 2016.

Para trabalhos futuros, seria também interessante fazer uma análise qualitativa à prestação da informação não financeira das empresas portuguesas cotadas em bolsa, e como forma de colmatar a principal limitação deste trabalho seria importante investigar outras fontes de informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, R., David, F. & Crowther, D. (2005). Corporate social responsibility in Portugal: Empirical evidence of corporate behavior. Corporate Governance, Vol.5 (5), pp. 3-18.

Adams, S. & Simnett, R. (2011), "Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector", Australian Accounting Review, Vol. 21, Nº 3, pp. 292-301.

Adams, C. A. (2015), "The international integrated reporting council: a call to action", Critical Perspectives on Accounting, Vol. 27, pp. 23-28.

AESE & PricewaterhouseCoopers (2010). As boas práticas de sustentabilidade nas empresas e organizações – Prémio cidadania das empresas e organizações (4ª edição). Lisboa.

AccountAbility (2003). Responsible competitiveness index 2003 – Aligning corporate responsibility and the competitiveness of nations. Copenhaga: The Copenhagen Center.

AccountAbility (2007). The state of responsible competitiveness 2007 – Making sustainable development count in global markets. Copenhaga: The Copenhagen Center.

Albareda, L., Lozano, J. M., & Ysa, T. (2007). Public Policies on Corporate Social Responsibility: the Role of Governments in Europe, Journal of Business Ethics, Vol. 74 (4), pp. 391-407.http://dx.doi.org/10.1007/s10551-007-9514-1

Ashley, P. A. (2005). Responsabilidade social empresarial: um modelo genérico para análise e orientação estratégica. Etica e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva.

Aureli, S., Magnaghi, E. & Salvatori, F. (2018). The Transposition of the Non-Financial Reporting Directive in the UK, France and Italy, Symphonya. Emerging Issues in Management (symphonya.unimib.it), Vol. 1, pp. 48-67.

Balardim, A. R. (2017). Relato integrado: uma validação das diretrizes do Global Reporting Initiative nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da Brasil, Bolsa e Balcão.

Bezerra, A. L. D. S. (2016). A responsabilidade social em Portugal nas PMEs: realidade ou utopia? (Doctoral dissertation).

Botelho, A. M. D. S. (2019). Responsabilidade social nas empresas e exigências de relato ao nível da sustentabilidade (Doctoral dissertation).

Botto, L. (2013). Uma viagem pelo passado com os olhos no future. Site VER.

Bowen, H. R. (1957). *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

Carreira, F. J. A., Mata, C., & Pereira, F. (2011). A contabilidade e o ambiente: o caso português. I Encuentro Internacional AECA en América Latina.

CARREIRA, F. J. & DAMIÃO, A. S. (2013), O Relato Ambiental nas Empresas do PSI-20, Pesquisa Científica, IPS-ESCE

Carvalho, N. K. & Integrado, J. R. (2014), "A nova Revolução Contábil", Revista FIPECAFI, Vol. 1.

Carroll, A.B. (1979). A three dimensional conceptual model of corporate social performance, Academy of Management Review, 497-505.

Carroll, A. and Buchholtz, A. (2003) Business and Society: Ethics and Stakeholder Management. Cengage Learning, Stamford.

Carvalho (2006) Contabilidade Pública – Estrutura Conceptual, Publisher Team

Carvalho, R. (2012). Conheça as melhores empresas para trabalhar. Diário Económico, 30-32.

Clarkson, M. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance, Academy of Management Review, Vol. 20(1), pp. 92-117.

Comissão Europeia (2001). Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas (2001).

Dahlsrud, A. (2008) How Corporate Social Responsibility Is Defined: An Analysis of 37 Definitions. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, Vol. 15, pp. 1-13. http://dx.doi.org/10.1002/csr.132

Davis, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsabilities. Academy of Management Review, 312-322.

Deegan, C., & Gordon, B. (1996). A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations. Accminlmg and Business Research, 26(3), 187-199.

Directive, E. U. (2014). Directive on disclosure of non-financial and diversity information by certain large companies. European Commission, Brussels, Belgium.

Donaldson T. & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications, Academy of Management Review, Vol. 20(1), pp. 85-91.

Dowling, G. (1986). Managing your Corporate Image. Industrial Marketing Management, Vol. 18(1), pp. 109-115.

Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010). One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy. New Jersey: John Wiley & Sons.

Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2015). The Integrated Reporting Movement: meaning, momentum, motives and materiality. New Jersey: John Wiley & Sons.

Eccles, R G. & Spiesshofer, B. (2017), "Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism", in Barton, D., Horváth, D. e Kipping, M. (eds.), Re-Imagining Capitalism, Oxford University Press, 207-225.

Elkington, J. (1997) Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Journal of Business Ethics, Vol. 23, pp. 229–231.

Farache, F., & Perks, K. (2010). CSR Advertisemnts: a legitimacy theory? Corporate Communications: An International Journal, Vol. 15(3), pp. 235-248.

Farinha, S. (2008). RS. Realidade ou Utopia? Tese de Mestrado. ISCTE/INDEG

Flower, J. (2015), "The international integrated reporting council: a story of failure", Critical Perspectives on Accounting, Vol. 27, pp. 1-17.

Freeman, E. (1984). Strategic Management - A Stakeholder Approach. Massachusetts: Pitman Books Limited.

Frias-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L. e Garcia-Sánchez, I. M. (2014), "Explanatory factors of integrated sustainability and financial reporting", Business Strategy and the Environment, Vol. 23, Nº 1, pp. 56-72.

FONTES, A., & das Empresas, R. S. (2011). Realidade ou Utopia.

Gago, C., Cardoso, E., Campos, J., Vicente, L. & dos Santos, M. (2005). Responsabilidade social das empresas portuguesas: 25 Casos de referência. Lisboa: Companhia das Letras.

Garcia, R. M. M. P. (2019). Responsabilidade social e o seu impacto nas empresas (Doctoral dissertation).

Global Reporting Initiative, (2015), G4 Sustainability Reporting Guidelines. Disponível em: https://www.globalreporting.org/standards/g4/Pages/default.aspx , em 20/03/2021.

GRI (2013). The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers. Disponível em: https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-IR.pdf, acedido em 02/04/2021.

Gonçalves, H. (2006). A responsabilidade social empresarial em Portugal. Seminário A Certificação no Sector dos Resíduos. Porto, Portugal: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente.

Gonçalves, H. (2011). Responsabilidade e inovação social: Conceitos e abordagens. Seminário de Responsabilidade e Inovação Social. Funchal, Portugal: Associação Portuguesa de Qualidade.

Herzig, C., & Schaltegger, S. (2006). Corporate sustainability reporting - An overview. In S. Schaltegger, M. Bennett, & R. Burritt (Eds.), Sustainability accounting and reporting (pp. 301–324). Springer.

Hooghiemstra, R. (2000). Corporate Communication and Impression Management - New Perspectives Why Companies Engage in Corporate Social Reporting. Journal of Business Ethics, Vol. 27, pp. 55-68.

IIRC (2011). IIRC Announces Selection of Global Companies to Lead Unique Integrated Reporting Pilot Programme.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2011), Towards Integrated Reporting. Communicating Value in the 21st Century, London. disponível em http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf , acedido em 06-03-2021.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2013a), The International Integrated Reporting Framework, London, disponível em https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf , acedido em 05-03-2021.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2013b), The International Integrated Reporting Framework, London, disponível em https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf , acedido em 06-03-2021.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2013c), The Pilot Program 2013 Year-book: Business and investors explore the sustainability perspective of integrated reporting disponivél em http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/IIRC-PP-Yearbook-2013_PDF4_PAGES.pdf , acedido em 06-03-2021.

Knudsen, J., Moon, J. & Slager, R. (2013). Government policies for corporate social responsibility in Europe: A comparative analysis of institutionalisation. Policy & Politics, Vol. 43 (1), pp. 81-99.

KPMG (2008). International survey of corporate responsibility reporting 2008. Amstelveen: KPMG Sustainability Services.

KPMG (2011). International survey of corporate responsibility reporting 2011. Amstelveen: KPMG Global Center for Climate Change & Sustainability.

KPMG (2013). The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2013. Amstelveen: KPMG Global Center for Climate Change & Sustainability.

KPMG (2015). The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2015. Amstelveen: KPMG Global Center for Climate Change & Sustainability.

Lehmann-Vogelweid, N. (1997). A reading of the corporate perspective on community involvement in Portugal. Parcerias Empresariais e Consultadoria Lda. Lisboa, Portugal.

Leite, C. F. T. G. (2009). A responsabilidade social das empresas em Portugal (Doctoral dissertation).

Leocádio, M. F. C. (2017). Relato Integrado em Portugal.

Lopes, M. M. C., & António, N. S. (2016). Responsabilidade social empresarial em portugal: do mito à realidade.

Loureiro, S., Sardinha, I. e Reijnders, L. (2012). The effect of corporate social responsibility on consumer satisfaction and perceived value: The case of the automobile industry sector in Portugal. Journal of Cleaner Production, Vol. 37, pp. 172-178.

Lozano, R. (2013), "Sustainability inter-linkages in reporting vindicated: a study of European companies", Journal of Cleaner Production, Vol. 51, pp. 57-65.

Marcelino, I. (2013). Prémios desenvolvimento sustentável – Conheça os 10 melhores na sustentabilidade em Portugal. Diário Económico, I-X.

Matuszak, L. and Rozanska, E., (2017). Disclosure in Polish-listed companies in the light of Directive 2014/95/EU requirements: Empirical evidence. Sustainability, Vol. 9(2304), pp.1-18.

McGuire, J.W. (1963) Business and Society. McGraw-Hill, New York

Michalczuk, G., & Konarzewska, U. (2018). The use of GRI standards in reporting on actions being taken by companies for sustainable development. Optimum. Economic Studies, Vol. 4 (94), pp. 72-86.

Montagna, D. (2015). Responsabilidade social empresarial: sustentabilidade ou estratégia de negócio? (Doctoral dissertation).

Mota, G. & Dinis, A. (2005). Responsabilidade social das empresas: Novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável. Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologias - Porto, Vol. 2, pp. 248-259.

Neves, J. & Bento, L. (2005). Traditional values and the pressures of transformation. Em Habisch, A., Jonker, J., Wegner, M. e Schmidpeter, R. (Editores), Corporate Social Responsibility Across Europe (303-314). Berlim: Springer.

Oliveira, J. A. P. (2013). Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier Editora;

Paixão, N. M. F. (2019). Responsabilidade social na indústria alimentar (Doctoral dissertation).

Pereira, D. A. C. (2016). Relato integrado: utopia ou realidade (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais).

Peter F. Drucker (1984), 'The New Meaning of Corporate Social Responsibility', California Management Review, Vol. 26, pp. 53-63.

Pinto, G. (2004). Responsabilidade social das empresas – Estado da arte em Portugal 2004. Lisboa: CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins.

Pinto, G. R. (2004). Responsabilidade social das Empresas: estado da arte em Portugal. Lisboa: CECOA.

PIRES, R. & ALVES, M. (2011), Incerteza da Envolvente e Relevância da Informação Financeira e Não Financeira na Tomada de Decisão: Um Estudo Empírico, Pesquisa Científica.

Proença, J. & Branco, M. (2014). Corporate social responsibility practices and motivations in a peripheral country: Two portuguese illustrative cases. Corporate Governance, Vol. 14 (2), pp. 252-264.

Rego, A., Moreira, J., Felício, M. & Souto, S. (2003). As melhores organizações para trabalhar: Um domínio específico de aplicação da responsabilidade social das empresas. Papeles de Ética, Economía y Dirección, Vol. 8, pp. 1-9.

SA 8000. (2014). Responsabilidade Social 8000: Norma Internacional.

Sábio, P., C. (2016) Informação financeira para a gestão: uma atitude holística como fator de transparência (Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças). Escola Superior de Gestão e Tecnologia.

Santos, A., Santos, M., Silva, J. & Pereira, E. (2007). Responsabilidade social nas PME's. Lisboa: Editora RH.

Santos, M. Â. G. F. D. (2017). Relatório Integrado: um fator de aumento de performance na informação empresarial (Doctoral dissertation).

Sierra-Garcia, L., Garcia-Benau, M. A., & Bollas-Araya, H. M. (2018). Empirical analysis of non-financial reporting by Spanish companies. Administrative Sciences, Vol. 8(3), pp. 29.

Silva, P. C. D. (2019). As políticas de responsabilidade social das empresas na promoção dos direitos humanos: a construção de um quadro jurídico internacional vinculativo como condição sine qua non para a reconciliação entre os interesses empresariais e a sociedade civil (Doctoral dissertation).

Suchman, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. The Academy of Management Review, Vol. 20(3), pp. 571-610.

SustainAbility, UNEP & Standard & Poor's (2004). Risk & Opportunity Best Practice in Non-Financial Reporting. SustainAbility Ltd

Tiron-Tudor, A., Nistor, C. S., Stefănescu, C. A., & Zanellato, G. (2019). Encompassing Non-Financial Reporting in A Coercive Framework for Enhancing Social Responsibility: Romanian Listed Companies' Case. AMFITEATRU ECONOMIC, Vol. 21(52), pp. 590-606. doi:10.24818/EA/2019/52/590

Thomson, I. (2015), But does sustainability need capitalism or an integrated report, a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure" by Flower, J., Critical Perspectives on Accounting, Vol. 27, pp. 18-22.

Venturelli, A., Caputo, F., Cosma, S., Leopizzi, R. & Pizzi, S., (2017). Directive 2014/95/EU: Are Italian companies already compliant? Sustainability, Vol. 9(1385), pp.1-19.

Walton, C. C. (1967). Corporate social responsibilities. Belmont, Calif: Wadsworth Pub. Co.

Wood, D. J. (1991). Corporate Social Performance Revisited. Academy of Management Review, Vol. 16 (4), pp. 691-718.

Zaharia, R. M., & Grundey, D. (2011). Corporate social responsibility in the context of financial crisis: A comparison between Romania and Lithuania. Amfiteatru Economic Journal, Vol. 13(29), pp. 195-206.

ANEXOS

ANEXO 1 – Estudo 2016

Empresas	Sector	Obr	Rfin	R.sust	RInt	ModNeg	PoleDil	Res	Riscos	IndPerf	Matamb	M.Soc	ResDH	M.anticorru	EstRep	DivOS	Média
ÁGUAS DA CURIA			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALTRI SGPS	Indústria	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0,82
B.COM.PORTUGUES	Financeiro	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0,82
BENFICA	Desporto	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
COFINA,SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0,64
CONDURIL	Construção	S	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0,55
COPAM			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
CORTICEIRA AMORIM	Indústria	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0,82
CTT CORREIOS PORT	Serviços	S	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0,64
EDP	Energia	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
EDP RENOVAVEIS	Energia	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
ESTORIL SOL N			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
EURONEXT			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
FARMINVESTE	Saúde	S	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
FLEXDEAL			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
FUT.CLUBE PORTO			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
GALP ENERGIA-NOM	Energia	S	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
GLINTT	Serviços	S	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0,64
GREENVOLT			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
IBERSOL,SGPS	B. Cons	S	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0,73
IMOB.C GRAO PARA	Imobiliário	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
IMPRESA,SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0,55
INAPA-INV.P.GESTAO	Indústria	S	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0,45

J.MARTINS,SGPS	B. Cons	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0,82
KTESIOS REAL ESTAT			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
LISGRAFICA	Serviços	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
LITHO FORMAS			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MARTIFER	Construção	S	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MEDIA CAPITAL	Serviços	S	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0,45
MERLIN PROPERTIES	Imobiliário	N	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0,55
MONUMENTAL RES			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MOTA ENGIL	Construção	S	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0,55
MULTI 24			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
NEXPONOR-SICAFI			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
NOS, SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0,45
NOVABASE,SGPS			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
OLIMPO REAL ESTATE			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
OREY ANTUNES ESC.	Financeiro	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
PATRIS	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
PHAROL	Serviços	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
RAIZE	Financeiro	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
RAMADA	Indústria	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
REDITUS,SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0,45
REN	Energia	S	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0,73
RSR SINGULAR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
S.CLUBE BRAGA	Desporto	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
SEMAPA	Indústria	S	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0,36
SONAE	Bens de consumo	S	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0,27

SONAECOM, SGPS	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
SONAGI	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
SPORTING	Desporto	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TEIXEIRA DUARTE	Construção	S	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0,27
THE NAVIGATOR COMP	Indústria	S	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0,45
TOYOTA CAETANO	Indústria	S	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0,27
VAA VISTA ALEGRE	Indústria	S	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09

ANEXO 2 – Estudo 2019

Empresas	Sector	Obr	R. fin	R. sust	R. Int	Mod Neg	Pol e Dil	Res	Riscos	Ind Perf	Mat amb	M. Soc	Res DH	M. anti corru	Est Rep	Div OS	Média
AGUAS DA CURIA			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
ALTRI SGPS	Industria	S	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0,73
B.COM.PORTUGUES	Financeiro	S	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
BENFICA	Desporto	S	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0,09
COFINA,SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
CONDURIL	Construção	S	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0,55
COPAM			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
CORTICEIRA AMORIM	Industria	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
CTT CORREIOS PORT	Serviços	S	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
EDP	Energia	S	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
EDP RENOVAVEIS	Energia	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
ESTORIL SOL N	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0,82
EURONEXT			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
FARMINVESTE	Saude	S	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0,73
FLEXDEAL	Financeiro	N	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0,45
FUT.CLUBE PORTO	Desporto	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
GALP ENERGIA-NOM	Energia	S	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
GLINTT	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
GREENVOLT			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
IBERSOL,SGPS	Bens de consumo	S	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0,82
IMOB.C GRAO PARA			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
IMPRESA,SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,91

INAPA-INV.P.GESTAO	Industria	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0,91
J.MARTINS,SGPS	Bens de consumo	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0,91
KTESIOS REAL ESTAT	Imobiliário	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
LISGRAFICA	Serviços	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
LITHO FORMAS			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MARTIFER	Construção	S	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0,64
MEDIA CAPITAL	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0,82
MERLIN PROPERTIES	Imobiliário	N	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0,55
MONUMENTAL RES	Imobiliário	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MOTA ENGIL	Construção	S	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0,82
MULTI 24			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
NEXPONOR-SICAFI	Imobiliário	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
NOS, SGPS	Serviços	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
NOVABASE,SGPS	Financeiro	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
OLIMPO REAL ESTATE	Financeiro	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
OREY ANTUNES ESC.			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
PATRIS	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
PHAROL	Serviços	N	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,09
RAIZE	Financeiro	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
RAMADA	Industria	S	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0,91
REDITUS,SGPS	Serviços	N	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0,55
REN	Energia	S	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0,82
RSR SINGULAR			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
S.CLUBE BRAGA	Desporto	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09

SEMAPA	Industria	S	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0,82
SONAE	Bens de consumo	S	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0,64
SONAECOM, SGPS	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
SONAGI	Serviços	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
SPORTING	Desporto	N	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,09
TEIXEIRA DUARTE	Construção	S	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0,73
THE NAVIGATOR COMP	Industria	S	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0,73
TOYOTA CAETANO	Industria	S	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0,45
VAA VISTA ALEGRE	Industria	S	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,18